

Pesquisa e Política de Sementes no Semiárido Paraibano



SEMENTES DA PAIXÃO



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Tabuleiros Costeiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

ISSN 1678-1953

Dezembro, 2012

Documentos 179

Pesquisa e Política de Sementes no Semiárido Paraibano

Amaury da Silva dos Santos

Fernando Fleury Curado

Emanoel Dias da Silva

Paulo Frederico Petersen

Flávia Londres

Editores Técnicos

Aracaju, SE

2012

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Tabuleiros Costeiros

Av. Beira Mar, 3250, Caixa Postal 44, CEP 49025-040,
Aracaju, SE

Fone: (79) 4009-1300

Fax: (79) 4009-1369

cpatc.sac@embrapa.br

Comitê Local de Publicações

Presidente: *Ronaldo Souza Resende*

Secretária-executiva: *Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues*

Membros: *Ana Veruska Cruz da Silva Muniz, Edson Patto Pacheco, Élio César Guzzo, Hymerson Costa Azevedo, Joézio Luiz dos Anjos, Josué Francisco da Silva Junior, Paulo César Falanghe Carneiro, Semíramis Rabelo Ramalho Ramos, Viviane Talamini*

Supervisão editorial: *Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues*

Normalização bibliográfica: *Josete Melo Cunha*

Fotos: *Fernando Fleury Curado (Figuras 1, 2, 4 e 5) e Priscila Maria Francisco Silva (Figura 3)*

Capa: *Kennyo Alex (logomarca do seminário "Pesquisa e Política de Sementes no Semiárido Paraibano")*

Editoração eletrônica: *Ailla Freire de Azevedo*

1ª Edição (2012)

1ª impressão (2012): 450 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Tabuleiros Costeiros

Pesquisa e política de sementes no semiárido paraibano : relatório / Amaury da Silva dos Santos ... [et al.]. – Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012. 60 p. (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, ISSN 1678-1953; 179). Disponível em http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2012/doc_179.pdf.

1. Relatório. 2. Semente. 3. Lagoa Seca - Paraíba. I. Santos, Amaury da Silva dos. II. Curado, Fernando Fleury. III. Silva, Emanuel Dias da. IV. Petersen, Paulo Frederico. V. Londres, Flávia. VI. Título.

CDD 631.5

©Embrapa 2012

Editores técnicos

Amaury da Silva dos Santos

Engenheiro-agrônomo, doutor em Produção Vegetal, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE, amaury.santos@embrapa.br.

Fernando Fleury Curado

Engenheiro-agrônomo, doutor em Desenvolvimento Rural, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE, fernando.curado@embrapa.br.

Emanoel Dias da Silva

Engenheiro-agrônomo, técnico da AS-PTA, Esperança, PB, emanoel@aspta.org.br.

Paulo Frederico Petersen

Engenheiro-agrônomo, mestre em Agroecologia, técnico da AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ, paulo@aspta.org.br.

Flávia Londres

Engenheira-agrônoma, consultora da AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ, flondres@gmail.com.

*“A semente da paixão é aquela que realmente é da
paixão: ela é boa, se adapta à nossa realidade e a gente
gosta dela. A gente só se apaixona por aquilo que
presta.”*

Joaquim de Santana
Agricultor do Pólo da Borborema, Paraíba

Apresentação

A Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB), em parceria com o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Tabuleiros Costeiros), promoveu nos dias 30 e 31 de maio de 2012, na cidade de Lagoa Seca, PB, o seminário intitulado “Pesquisa e a Política de Sementes no Semiárido”.

O evento foi realizado com os seguintes objetivos: socializar e debater resultados de pesquisas sobre avaliação do desempenho de sementes de milho e feijão nas condições da agricultura familiar camponesa no semiárido brasileiro; socializar e debater resultados de experiências de manejo comunitário da agrobiodiversidade e suas implicações para a pesquisa agroecológica; bem como elaborar diretrizes para a continuidade de programas de pesquisa em agroecologia em conjunto com comunidades e organizações da agricultura familiar camponesa. O seminário contou com cerca de 180 pessoas, tendo a participação de agricultoras e agricultores, técnicos, pesquisadores, professores, estudantes e gestores públicos de diversas instituições.

Edson Diogo Tavares

Chefe-Geral da Embrapa Tabuleiros Costeiros

Sumário

Pesquisa e Política de Sementes no Semiárido Paraibano	11
Manhã de 30 de maio	14
Resgate da história da construção da Rede de Bancos de Sementes da	
Paixão da Paraíba	14
Luciano da Silveira, da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura	
Alternativa (AS-PTA)	14
Depoimentos de agricultores e agricultoras	19
Depoimentos de técnicos e pesquisadores	23
Tarde de 30 de maio.....	25
Apresentação do projeto “Pesquisa participativa para avaliação e	
seleção de variedades tradicionais (crioulas) de milho junto a agricultores	
familiares da Paraíba”	25
Carrossel de experiências	26
Armazenamento de sementes crioulas com diferentes óleos essenciais	
e pós inertes	26

Pesquisa participativa para avaliação e seleção de variedades tradicionais de milho junto a famílias agricultoras da Paraíba.....	29
Campos de multiplicação das sementes da paixão.....	30
Resgate e multiplicação de sementes crioulas no Paraná e em Santa Catarina	31
Debate entre os participantes do seminário após a apresentação do carrossel de experiências	33
Dia 31 de Maio	38
Papel das políticas públicas e a valorização da agrobiodiversidade como política de convivência com o Semiárido.....	38
Debate com a plenária.....	52
Considerações.....	59
Referências	60

Pesquisa e Política de Sementes no Semiárido Paraibano

Amaury da Silva dos Santos

Fernando Fleury Curado

Emanoel Dias da Silva

Paulo Frederico Petersen

Flávia Londres

Introdução

A diversidade biológica na agricultura é particularmente importante em regiões sujeitas a alguns tipos de estresse ambiental. Na Paraíba, assim como em boa parte da região Nordeste, as áreas agrícolas são caracterizadas pela presença de veranicos e a ocorrência de secas que podem se prolongar por até mais de dois anos. As condições adversas do meio ambiente, associadas ao desenvolvimento de atividades econômicas ainda bastante rudimentares, e a extrema vulnerabilidade do sistema produtivo, constituem-se em aspectos desfavoráveis à produção agrícola e ao manejo dos recursos naturais nas regiões semiáridas e de agreste. Ainda, de maneira geral, em consequência das tecnologias da Revolução Verde houve acelerada erosão genética e o desaparecimento de cultivos adaptados eco-geograficamente, limitando assim as escolhas dos agricultores (ALMEIDA e SCHMITT, 2009). Os conhecimentos dos agricultores sobre a seleção, tratamento e armazenagem de sementes têm se perdido neste processo de adaptação a culturas advindas de programas de melhoramento genético convencional.

No Estado da Paraíba, os Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) da zona semiárida, que tinham como objetivo inicial manter estoques de milho e feijão de um ano para outro, têm contribuído, progressivamente, para a conservação e recuperação de espécies locais e de cultivares adaptadas aos ecossistemas e aos modos de consumo da região (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002). Dentro

desse contexto, os BSCs da Paraíba são sistemas de estocagem importantes no manejo da agrobiodiversidade e também em termos da promoção da segurança alimentar, uma vez que em períodos de seca esses bancos podem socorrer famílias que sofreram grandes perdas, garantindo sementes para o plantio no ano seguinte, ou mesmo para o replantio de lavouras perdidas com a estiagem (Figura 1).



Figura 1. Diversidade de sementes crioulas armazenadas em Bancos Comunitários de Sementes e apresentadas por agricultores familiares da Paraíba.

Segundo Sabourin (2008), os BSCs obtiveram um reconhecimento oficial da Secretaria de Agricultura do Estado para que assumam o programa público de distribuição e conservação de sementes nos municípios onde estão implantados. Isso permitiu o reconhecimento da existência dessas estruturas informais, que puderam, assim, encontrar novos recursos e, sobretudo, a legitimidade institucional para continuar a sua dupla função de segurança alimentar e de preservação e valorização das variedades locais de feijão e milho, garantindo mais biodiversidade (ALMEIDA et al., 2008).

Desde 1995, a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB) vem apoiando a experiência dos BSCs, no Estado da Paraíba. Trata-se de um mecanismo através do qual a família toma emprestado uma quantidade de sementes e se compromete a devolver, no momento da colheita, a mesma quantidade, acrescida de uma porcentagem, segundo regras definidas na própria comunidade. A estocagem, a entrega e a devolução das sementes são todas ações efetuadas na comunidade, sob a responsabilidade de uma associação ou grupo informal. Atualmente existe uma rede de cerca de 230 BSCs, que atende aproximadamente a 6.500 famílias em 61 municípios paraibanos.

Entende-se que as tecnologias de baixo custo, como as variedades crioulas, são as melhores alternativas para a sustentabilidade dos agricultores familiares. Além disso, o melhoramento dessas variedades pode ser feito nas próprias unidades familiares, pelos agricultores, que detêm um enorme conhecimento destes materiais crioulos. No entanto, verifica-se, ao mesmo tempo, uma carência de tecnologias apropriadas para esse público, aliada à reduzida atuação de instituições públicas de pesquisa na busca de soluções dos problemas de forma participativa.

A Rede de Sementes da Paraíba já é uma realidade construída a partir da parceria entre ONGs atuantes naquela região e organizações de agricultores que detêm conhecimento local acumulado. Para se fortalecer e ampliar, essa rede necessita, por um lado, melhorar sua auto-organização a partir da maior circulação de conhecimento, ou seja, ampliando a identificação e o intercâmbio de experiências e sementes de variedades adaptadas entre os agricultores, materializando-se na forma de uma rede de bancos de sementes e de guardiões das sementes crioulas.

Apesar do grande avanço na organização, os BSCs ainda apresentam algumas limitações que são determinadas por fatores tecnológicos. Por apresentarem um expressivo número de variedades tradicionais (sementes crioulas), os BSCs nem sempre reconhecem o potencial genético de cada material e suas adaptações para os seus diversos ambientes de produção onde estão instalados, visto que a Paraíba está dividida em nove microrregiões geográficas. Por outro lado, as famílias que se dedicam à produção, uso e conservação das variedades que abastecem os bancos de sementes, muitas vezes, não conhecem o potencial de outras variedades nas condições próprias do seu agroecossistema. Outra grande limitação é quanto à qualidade das sementes produzidas e armazenadas,

sendo necessário o desenvolvimento de tecnologias para produção, seleção, beneficiamento e conservação de sementes.

Dessa forma, fez-se necessário o mapeamento das variedades crioulas de milho cultivadas pelos agricultores familiares. Nesse aspecto, foi essencial o papel dos atores locais na descrição de características morfológicas e fisiológicas destas variedades, por se tratar de um material cultivado há várias gerações e, portanto, bastante conhecido pelos grupos. Outro aspecto importante é a avaliação técnica e agrônômica das variedades locais utilizadas nos BSCs, tendo como parâmetro, os descritores das variedades. Essa ação foi possível por meio de ensaios de avaliação de variedades.

O processo de produção de sementes deve primar pela alta qualidade das sementes produzidas, no sentido de fornecer sementes dentro dos padrões legais exigidos, maximizando o potencial produtivo das lavouras e aumentando a renda dos agricultores familiares. Desse modo, o trabalho de pesquisa procurou desenvolver tecnologias de produção de base agroecológica que atendessem a realidade dos agricultores daquela região, preservando assim a agrobiodiversidade ainda existente.

Diante desse contexto, após cerca de dois anos de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), organizou-se em conjunto com os parceiros da ASA-PB o seminário “Pesquisa e a Política de Sementes no Semiárido”, que teve por objetivo a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa realizada, assim como subsidiar políticas públicas para as sementes crioulas na região semiárida. Este documento reúne a descrição das atividades realizadas no seminário, destacando os principais pontos que deveriam ser considerados para elaboração de políticas públicas.

Manhã de 30 de maio

Resgate da história da construção da Rede de Bancos de Sementes da Paixão da Paraíba

Luciano da Silveira, da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)

“Grande parte dos aqui presentes participou diretamente da trajetória da Rede de Bancos de Sementes Comunitários (BSCs), que tem forte articulação com

organizações do Nordeste e de outras partes do país. Esse projeto de rede foi construído a partir da valorização das variedades crioulas e tem também a perspectiva de influenciar as políticas de Estado.

A pesquisa está integrada nessa trajetória de ação coletiva das organizações da agricultura familiar e a necessidade de uma pesquisa como a que será aqui apresentada, bem como da realização de um seminário como esse, é também produto dessa história.

As experiências de bancos e redes de bancos de sementes na Paraíba bebem no conhecimento e nas práticas tradicionais de manejo da biodiversidade: durante séculos, a agricultura familiar e camponesa foi desenvolvendo sistemas sofisticados de gestão da produção agrícola, de formas de cultivo, de associação de espécies e de diversificação de variedades. Essa é a nossa raiz e, a partir dela, o trabalho se constrói – tanto na valorização do papel e do conhecimento acumulado da biodiversidade, mas também da capacidade criativa das famílias.

Entretanto, isso não se fez de forma fácil. Sabemos que o modelo hegemônico de desenvolvimento foi profundamente marcado por uma lógica excludente. Os recursos (terra, água, biodiversidade) sempre estiveram nas mãos de poucos e foram objetos de subordinação. E foi na contracorrente dessa lógica que essas famílias construíram suas estratégias. Essas famílias ainda vivem premidas por essa realidade e por essa pressão, e a lógica dos agricultores de construir sua autonomia sempre significou o caminho da resistência e da libertação. É a partir daí que buscamos construir alternativas. Nos anos de seca, como este em que estamos, a privação do acesso à terra, água e recursos pressiona as famílias agricultoras para uma lógica de exclusão ainda maior. Nosso desafio então é enfrentar esse movimento que oprime as comunidades a partir da sua lógica de resistência coletiva.

Esse movimento nasceu nas décadas de 1970-1980, a partir das Comunidades Eclesiais de Base, buscando resgatar e valorizar o patrimônio da biodiversidade. O movimento da ASA-PB confluiu exatamente para essa estratégia: mergulhando na estratégia tradicional, construir o novo, permitindo conviver com o semiárido – por meio da promoção de autonomias de acesso a recursos e produção de riquezas.

Na história da rede de BSCs, essa tem sido nossa estratégia: favorecer que iniciativas locais se comuniquem e se fortaleçam. Só para se ter uma ideia, em 1996 conseguimos resgatar no estado 220 variedades de sementes – uma enorme diversidade que não chega nem perto do que realmente existe, e que vem sendo desperdiçada pelas políticas que o governo vem estabelecendo. O trabalho foi não só de valorizar, mas de garantir estoques para que, nos períodos de seca, as famílias não precisassem se sujeitar ao poder local, para que tivessem autonomia nos próprios bancos sem recorrer a relações de exploração.

Essa perspectiva foi ganhando força na Paraíba e em outros estados. O momento de nascimento da ASA-PB foi a seca de 1993, quando o movimento social ocupou a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e abriu um debate sobre as formas de atuar no enfrentamento das secas, saindo de ações emergenciais para as estruturantes, que permitissem o convívio com a seca.

O Governo do Presidente Itamar Franco lançou então uma Política de Bancos de Sementes, a primeira que reconheceu essa estrutura de gestão, mas o governo estadual distribuía as sementes a partir das estruturas estaduais, que então passaram para as prefeituras, o que não permitiu que os bancos de sementes se estruturassem, continuando a lógica clientelista. À exceção da Paraíba, que disse que não precisava dessas sementes porque já tinha as suas próprias. Na ocasião, fez-se uma doação de sementes aos bancos de sementes da Paraíba, o que foi importante para a recomposição dos estoques. Eram sementes de variedades melhoradas, mas ainda assim a ação foi importante para fortalecer a estratégia dos bancos. Foi um momento chave nessa trajetória.

Em 1998/1999, outra seca levou a ASA-PB a se mobilizar. O governo tinha estoque de 80 toneladas de sementes não distribuídas. Os agricultores então se mobilizaram e ocuparam o Governo do Estado que, por pressão, liberou essas sementes para o fortalecimento dos bancos. Novamente eram sementes melhoradas, mas em dois ou três anos nos bancos, sendo cultivadas pelos agricultores, essas sementes já eram outras – os agricultores conseguiram aproveitar as sementes boas que vieram e reconstituir seus estoques.

No ano seguinte, o governo chamou a ASA para conversar e aceitou comprar sementes crioulas dos agricultores e usá-las para abastecer os bancos de

sementes (fortalecendo-os ainda mais). Como a lei de sementes que vigorava a época não reconhecia as sementes crioulas como “sementes”, a saída que se encontrou foi comprá-las como se fossem “grãos”.

Assim o trabalho foi aumentando em escala e capacidade de proposição, ao ponto de, em 2002, ser aprovada na Paraíba uma lei estadual criando um Programa de Bancos de Sementes Comunitários. A partir disso fomos pouco a pouco cobrindo o estado: a Rede de Bancos de Sementes foi se espalhando pelas comunidades e criando outra base de gestão de sementes, assentada nas comunidades, na gestão coletiva.

Com a eleição do Presidente Lula a sociedade civil teve a expectativa da criação de novas políticas, e o Programa Fome Zero incluiu a Rede de BSCs como estratégia de combate à fome (no início era uma versão mais inovadora, depois o Programa foi se estreitando). Mais tarde abriu-se a perspectiva de o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) adquirir sementes para doação simultânea, valorizando uma vitória na Lei nacional de Sementes (10.711/03), que abriu uma brecha – a partir do trabalho de influência política que nós fizemos – passando a determinar que as variedades crioulas não deveriam ser excluídas dos programas públicos de distribuição de sementes.

Assim, a partir dessa influência na política de sementes, no nível normativo, e com a contribuição da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), pela primeira vez um programa nacional apoiou as estratégias de fortalecimento dos BSCs, através da compra de variedades locais, sem que isso fosse um desvio da lei.

A compra de sementes crioulas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) começou em 2003 e se mantém até hoje. No caso da Paraíba, não é tanto o volume de sementes compradas que interessa, pois se trata de uma questão de autonomia: a demanda é maior nos anos ruins e menor nos anos bons: os agricultores querem acessar o necessário para manter os estoques dos bancos. Esse tipo de política permite promover liberdade, autonomia, e enfrentar a miséria.

Nessa trajetória também lançamos um processo intenso de formação. Todos os anos as festas de sementes fortalecem a construção desse projeto, de uma rede enraizada nas comunidades e nas famílias. São espaços de mobilização e

de construção do nosso projeto.

Mas temos ainda os desafios da política: ao mesmo tempo em que o PAA vem se entrosando e apoiando a Rede de BSCs, o governo federal lançou o Programa Nacional de Sementes para a Agricultura Familiar, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que vai à contramão da política da Conab. São dois programas de governo subordinados a lógicas opostas. Esse programa distribuiu 3.600 t de sementes de milho, de uma só variedade melhorada pela Embrapa, o “catingueiro”, sob o argumento de que essa era a melhor variedade para a região semiárida, ignorando a enorme diversidade de variedades que os agricultores manejam e a importância dessa biodiversidade para os sistemas produtivos. Além disso, o programa passou a fazer a distribuição de sementes diretamente aos agricultores, e não pela lógica dos BSCs. E agora, o Programa Brasil Sem Miséria vem com a mesma ótica: distribuir poucas variedades em grande escala, ignorando a diversidade de material genético de alto valor dos agricultores.

Essas ações representam uma ameaça muito grande, pois a cada vez que o governo lança seu programa de sementes, sabemos dos riscos que nossa agrobiodiversidade corre. O governo continua com o discurso de que a semente dos agricultores não é semente, é grão.

O segundo conflito é que a política não fortalece a gestão coletiva: mantém um perfil de distribuição, sob o pressuposto de que o agricultor não precisa guardar sementes, mas sim comprar todo ano sementes multiplicadas nos campos controlados. É uma lógica que rompe com a autonomia.

Foi nesse contexto que, há três anos, decidimos que as sementes da paixão deveriam ser objeto de estudo comparativo, para avaliar se nosso material é de fato de baixa qualidade, de baixa produtividade, que não se ajusta aos sistemas e, portanto, deve ser descartado. Buscamos então aliados na própria Embrapa, onde há pesquisadores afinados com o nosso trabalho, para estabelecer uma parceria para a realização de ensaios de competição e produção de conhecimento científico.

Nosso desafio agora é reconstruir a política de sementes sob uma lógica que apoie a agricultura familiar camponesa. Vivemos ainda em um contexto difícil, pois o Brasil Sem Miséria está aí fornecendo sementes da maneira distributivista e o governo estadual ainda não conseguiu colocar em prática a lei estadual.

Abrimos esse evento nessa perspectiva, para fazer o debate sobre os desafios, contextos e oportunidades que estão se abrindo”.

Depoimentos de agricultores e agricultoras

Após a apresentação de Luciano, as agricultoras e os agricultores presentes se manifestaram sobre a importância das sementes da paixão e sobre como as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar têm se colocado com relação à manutenção das sementes. (Figura 2).

Segue abaixo a síntese das falas mais representativas da discussão:



Figura 2. Agricultor Joaquim Pedro de Santana, discursando no Seminário “Pesquisa e a Política de Sementes no Semiárido”.

“Quando vejo essa sala cheia de sementes e agricultores, lembro-me dos meus avós que não tiveram essa valorização. As suas práticas com as sementes e agricultura familiar não foram escritas, mas foram narradas de pai para filho e hoje fazemos esse resgate. Agora, com a valorização, estamos escrevendo essa história das sementes”.

“Hoje a política dos BSCs traz alegria, a relação que os agricultores têm com as sementes é a mesma que têm com a terra e a chuva. Há mais de 100 anos isso deveria já estar sendo valorizado e reconhecido”.

“Seria lamentável se esse trabalho não tivesse começado. Meus avós plantavam e a pobreza era tão grande que não podiam guardar as sementes no depósito. Misturavam em cinza e guardavam, ou então no silo de sementes, com areia e milho até lá em cima. Hoje, com o conhecimento, sabemos várias dicas sobre como conservar as sementes. Além disso, as sementes antigas estavam se acabando: na minha região mesmo, poucas pessoas ainda têm as sementes tradicionais dos avós. Eu que sou cuidadoso ainda tenho as sementes das antiguidades, por conta desse trabalho, que é muito importante para resgatar a semente de antigamente. Tem semente que chega para nós, de fora, que pode ser boa em outra região, mas para mim a semente que veio do governo não foi boa: para uma área dá bom fruto, para outra não dá bem. Veio um feijão macassa que não foi bem, mas em outra região foi. Não quero criticar a semente do governo, mas a nossa semente que guardamos é adaptada e dá bem para as várias regiões do Cariri”.

“Participo da Rede de Sementes do Polo e fui convidada a participar do lançamento do Brasil Sem Miséria, em Solânea. É com tristeza e indignação que vemos um programa do governo que restringe as variedades dos agricultores. Um programa que traz a questão da miséria como foco principal, lançando uma ou duas variedades, enquanto existe uma enorme quantidade de sementes que ao longo da história os agricultores vêm conservando. Isso gera uma sensação de raiva mesmo, vontade de tocar fogo naquelas sementes. Isso desconsidera um conhecimento a respeito do que, ao longo da história, foi o que trouxe a soberania alimentar. Daí perguntamos: qual o papel da pesquisa? Se for trazer conhecimento e autonomia para os agricultores/as ficamos felizes. Mas se for para aumentar a submissão às sementes únicas, das empresas, então de que serve?”

“Tenho orgulho de dizer que sou guardião das sementes há 36 anos, pois em 1984 começaram o BSCs, sem contar o trabalho e a vida dos meus pais, e tenho o orgulho de dizer que planto a semente que meus pais e os avós plantavam. Esse conhecimento é um patrimônio. Quando acordamos estávamos perdendo essas sementes. Por causa das políticas públicas muita gente foi se entregando. Queria que meus pais ouvissem que aquilo que eles faziam no

passado, hoje está bem conquistado. O ponto mais importante é a libertação, viver com o que é nosso e viver com o que nós temos. E é com a contribuição dos nossos antepassados que hoje estamos vivendo a nossa libertação”.

“Quando essa semente sai do nosso meio, o prejuízo é para a agricultura familiar, para a segurança alimentar. Antigamente, há 35 anos, não podíamos plantar com vantagem, não tinha como: as sementes estavam nas mãos dos políticos, prefeitos, vereadores, para ganhar voto com nossa falta de organização. Hoje é diferente, temos semente garantida para nosso plantio, com vantagem. Antigamente víamos filas pra enfrentar um vereador. Hoje, com orgulho, muitos agricultores estão libertados desse tipo de sacrifício que a gente já passou”.

“Gostaria de começar falando da semente da paixão. Qual é a semente da paixão? Está bem mostrado: temos sementes da paixão e todos veem aqui um pouquinho da diversidade que temos. A da paixão é aquela realmente da paixão: ela é boa, se adapta à nossa realidade e a gente gosta dela. A gente só se apaixona por aquilo que presta. Nós temos aqui na região sementes que vieram para cá por dois caminhos: Seguro Safra e, agora, Brasil Sem Miséria. O que acontece: há lugares em que plantamos uma só qualidade de feijão, 20 kg de feijão, e duas ou três qualidades de milho. É uma contradição! Que a semente serve, serve. Tem algumas sementes que vieram do governo e se adaptaram em alguns lugares. O problema são as políticas de sementes. É o mesmo que botar cangalha nova em jumento velho: a pisada vai ser a mesma, a cangalha não muda. Com as políticas é a mesma coisa. Um agricultor aqui planta trinta, quarenta variedades. Vem o cabra e diz para ele plantar duas ou três que vão “botar” com quarenta dias. Mas aqui não bota mesmo, porque não chove. E o outro problema grande é o armazenamento, pois se não armazenarmos, não temos segurança. O motorista tem o estepe para continuar a viagem quando o pneu fura. Para o agricultor é a mesma coisa: ele precisa de armazenamento, se não, não funciona. A semente do Brasil Sem Miséria é um absurdo – com todo respeito à companheira Dilma. Esse Brasil que ela diz, sem fome, não vai ser com ‘s’ não, vai ser com ‘c’”.

“Esse processo de formação que vem se dando pela ASA-PB e diversas redes no Nordeste não vem só resgatando as sementes, mas também a cultura e a organização de comunidades. Estamos conseguindo criar formas importantes de conservação das sementes. Cresci vendo pessoas da família adoecendo

e se suicidando pelos agrotóxicos usados para conservar as sementes. E o processo de formação possibilitou encontrarmos várias formas alternativas de conservação. Descobrimos que a pimenta malagueta plantada em associação com os cultivos é muito mais eficiente do que aquela pilha venenosa. E isso tem sido importante para eliminarmos o uso de agrotóxicos de nossas casas. A semente que vem de fora já vem envolvida com uma camada de agrotóxicos. Quando essa semente é fornecida para os animais, é veneno puro sendo dado aos animais. Mas agora muitas prefeituras estão divulgando para o povo pegar as sementes, que o povo não está querendo, não aceita mais desse veneno que o governo insiste em distribuir”.

“Faço parte de cooperativa de agricultores que se organizou a partir da necessidade de ter sementes na hora de plantar. Fomos nos organizando em rede, através da ASA, para ter acesso à água e às sementes. A semente existe no nosso meio, mas ainda não é respeitada nos programas. Estamos nos apoiando na ASA para garantir que a política pública seja de qualidade e respeite as nossas culturas, de produção e de vivência. Mas também precisamos ver como apoiar o trabalho a partir dos programas, especialmente com relação à quantidade de produtos: temos variedade, mas não uma quantidade significativa de sementes. E quando chegamos na discussão do apoio governamental, exigem quantidade. Daí ficamos nesse jogo, como se não soubéssemos o que estamos fazendo. Mas a partir da nossa luta vamos fazendo a diferença”.

“Parabenizo as ONGs que participam desse importante evento, bem com outros que vêm valorizando essas dinâmicas dos agricultores. E fico pensando no movimento sindical que temos no nosso país. Está acontecendo em Brasília o “Grito da Terra Brasil”, com 140 itens de pauta. Penso: será que o tema das sementes não é importante para o movimento sindical discutir em Brasília com o governo federal e os governos estaduais? Vemos a importância das sementes da paixão para a preservação do meio ambiente e para a valorização da agricultura familiar, e fico triste em saber que há uma grande representação dos trabalhadores rurais, que tem uma grande força, que poderia somar se o movimento sindical tivesse esse comprometimento. Ficamos tristes quando os sindicatos chamam os agricultores para pegar as sementes que chegam na prefeitura, sem discutir o que essas semente significam para eles. Esse é o meu repúdio e precisamos nos organizar para reprovar essas atitudes dos movimentos sociais que não querem aderir à luta”.

Depoimentos de técnicos e pesquisadores

Aconteceu também nesse debate a manifestação de muitos dos pesquisadores e técnicos presentes ao Seminário. Segue abaixo a síntese das falas mais representativas da discussão:

“O Paraná não é diferente daqui no que ocorre com a política das sementes. No ano passado, tivemos políticas locais de prefeituras em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul que distribuíram sementes que não só não eram variedades, mas eram transgênicas. Pelo menos aqui parece que não ocorreu isso. Fizemos o teste e comprovamos que as sementes que estavam sendo distribuídas pela prefeitura aos agricultores, dizendo que eram variedades, eram de fato transgênicas. Vemos hoje também a questão do Pronaf, que ainda recomenda o pacote fechado, onde o agricultor tem que pegar adubo químico, agrotóxico, semente híbrida e agora semente transgênica, recusando que se use semente crioula. Existe uma lei que não permite fazer essa restrição, mas se não usar a semente comprada, não recebe o seguro, e assim as empresas são beneficiadas. Tem também o programa Mais Alimentos, para a compra de tratores, que acabou endividando os agricultores. Mais de 90% dos agricultores estão no fumo, e assim se perde a biodiversidade. Veio ainda o programa Trator Solidário, onde se formavam grupos, que hoje virou o “Trator Solitário”, pois só um acaba pagando a dívida. Precisamos pensar numa proposta que possa ser encaminhada aos ministérios, para eles terem entendimento da forma de agir. Há dois anos tivemos seminário para debater questão dos transgênicos e, de lá pra cá, estamos discutindo para mostrar que as sementes crioulas podem produzir igual ou até mais que as sementes compradas. Ninguém melhor que o seu Joaquim para saber o que é melhor para produção dele”.

“A seca sempre nos remete a possibilidades – de organização, de rever estratégias. Até quando vamos ficar recebendo programas e mais programas que não resolvem nada? Através do PAA, na forma como vinha sendo executado, na compra de 12 t de sementes atendemos a 3 mil famílias. Que volume de recursos foi depositado na compra de sementes pelo PAA e o quanto ficou nas comunidades? Vimos que com pouco recurso fortalecemos o trabalho e a autonomia dos agricultores. Precisamos cobrar, pois somos nós (a sociedade) que financiamos esses programas”.

“Queria tocar um ponto que não apareceu muito, que é o serviço que os agricultores têm feito ao Estado Brasileiro. A Embrapa se vangloria de ter o

maior patrimônio genético em banco de germoplasma para clima tropical, e isso é motivo de cobiça no âmbito internacional. Mas não sabemos o tamanho da contribuição da agricultura familiar nesse patrimônio. Essas sementes dos agricultores não estão nas câmaras frias do Cenargen, e esses agricultores não recebem recurso do governo para conservar as sementes. Como o Estado pode compensar os agricultores para eles continuarem preservando e organizando os BSCs, que são formas coletivas de conservação da biodiversidade? É importante também que saiam desse seminário sugestões sobre o que o Estado pode fazer para apoiar que os agricultores preservem suas variedades de sementes”.

“Existem políticas públicas sobrando, mas política pública não é um chapéu que dê para botar em toda cabeça. O BSC, por exemplo, é um espaço não só pra guardar sementes, mas para organizar os agricultores. A Embrapa é uma parceira e esperamos que esse fórum possa tirar um documento falando sobre a intranquilidade dos agricultores quanto às sementes que são trazidas de fora. Elas foram melhoradas e são boas, mas não quer dizer que sirvam para todos. E o agricultor é que tem que avaliar isso. Há a questão da escala, a cooperativa tem que ter quantidade para vender para o Programa, mas há também a amarra burocrática que a própria Embrapa enfrenta: existe o recurso, mas a gente não consegue gastar”.

“Essas experiências têm um enraizamento muito forte no dia a dia da agricultura familiar aqui no Nordeste, no semiárido, sempre com essa preocupação: cuidar do patrimônio genético e, ao mesmo tempo, cuidar de algo sagrado que é o saber, o conhecimento de como cada semente daquela se comporta na sua região, na sua comunidade, e muitas vezes no seu próprio terreno. Vários agricultores já sabem no seu roçado qual é a mancha de solo onde pode botar o feijão galanção, ou o rabo de peba, que é meia rama, de ciclo mais rápido, mas que tem sua preferência por determinada mancha. Os agricultores foram, ao longo da história, adaptando as variedades aos seus sistemas produtivos. É importante então as políticas públicas não pararem isso e valorizarem essas experiências”.

“É preciso atentar para o risco de os transgênicos entrarem com força na região. Estão vindo carradas de milho para alimentar os animais, e é difícil recusar, pois os agricultores estão até vendendo os animais para não os perderem por conta da seca. Mas o risco maior é de chegarem as sementes

transgênicas, aproveitando o momento de seca. No Piauí, já estão entrando o algodão e o milho transgênicos, e seria importante conversar também sobre isso”.

Tarde de 30 de maio

Apresentação do projeto “Pesquisa participativa para avaliação e seleção de variedades tradicionais (crioulas) de milho junto a agricultores familiares da Paraíba”

Amaury Santos, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

“A articulação em torno dessa atividade com as sementes teve início em 2007, mas a pesquisa mesmo só começou em 2009, quando a Embrapa aprovou o financiamento de um projeto de transição agroecológica e uma pequena atividade com pesquisa sobre sementes. As atividades começaram em Casserengue, PB. A partir daí o trabalho avançou e aprovou-se um projeto com o CNPq. Desde então foram realizados oito ensaios e mais de dez campos de multiplicação de sementes.

A ideia da realização dessa pesquisa partiu da própria Rede de Sementes – era uma demanda da Rede, relacionada às políticas públicas de distribuição de sementes aos agricultores. A pergunta central era: a semente da paixão é mesmo inferior à semente melhorada que é distribuída pelo governo? Outra pergunta era quanto ao armazenamento: as técnicas dos agricultores são eficientes? E a terceira era sobre como melhorar a produção de sementes. Neste trabalho, foi feito também o mapeamento e o monitoramento dos BSCs.

Os ensaios foram realizados com todo o rigor científico que a ciência pede e vão ser publicados em boletins e artigos técnicos – até para fornecer os subsídios necessários aos gestores públicos, que precisam dessas informações para colocar as sementes dos agricultores nos programas de sementes. Usamos a mesma metodologia usada nos ensaios de sementes comerciais, não inventamos nada. A diferença é a participação dos agricultores em todos os momentos do ensaio - participando, dando ideias, contribuindo.

O financiamento do CNPq acabou, mas a pesquisa não acaba aqui. Conseguimos agora um financiamento da UNB para continuar o trabalho. Já identificamos

novas demandas de pesquisa, sobretudo relacionadas à fertilidade do solo e à fitossanidade.

Apresentaremos agora os resultados de quatro experiências: i) os ensaios de competição entre as variedades de sementes, ii) os campos de multiplicação de sementes, iii) a pesquisa sobre o armazenamento de sementes (realizada em parceria com o Campus III da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em Bananeiras) e iv) a experiência com resgate e multiplicação de variedades crioulas de sementes no Paraná.

Essas experiências serão apresentadas em “carrossel”, ou seja, dividiremos os participantes em quatro grupos, e acontecerão apresentações simultâneas de 25 minutos. Assim cada experiência será apresentada quatro vezes, de modo que todos os grupos poderão assistir a todas as apresentações. Ao final, voltaremos à plenária para retomar a discussão”.

Carrossel de experiências

Em seguida, os participantes foram divididos em quatro grupos que circulavam pelas salas onde cada experiência era apresentada.

Desse modo, cada experiência foi apresentada quatro vezes, sendo que as discussões/debates foram sistematizadas para posterior análise por um facilitador. Abaixo, segue a síntese das experiências apresentadas.

Armazenamento de sementes crioulas com diferentes óleos essenciais e pós inertes

O agricultor Zé Pequeno apresentou, inicialmente, as técnicas utilizadas nos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba para o armazenamento de sementes crioulas. O objetivo das técnicas empregadas na região é armazenar as sementes “com carinho e sem veneno”.

O processo de armazenamento tem início na colheita, onde são selecionadas as melhores espigas. Depois de secas, elas são despontadas e debulhadas manualmente.

O grande segredo do armazenamento está na vedação dos recipientes onde as sementes são guardadas: “fechando bem, mesmo sem nenhum produto químico a semente será bem conservada”. Garrafas PET devem ser conferidas para a

verificação de sua integridade e da presença da borrachinha no interior da tampa, e tambores de metal podem ser vedados com cera de abelha.

Outra técnica utilizada é a mistura com pimenta-do-reino, cinza ou pó de casca de laranja.

Zé Pequeno falou também das sementes vindas de fora, que são tratadas com veneno e não podem ser ingeridas. Para o agricultor, essas políticas públicas que fornecem sementes de fora e contaminadas “desrespeitam nossa diversidade e a vida”.

A palavra passou para a estudante Renata Lima, da UFPB (Campus III, em Bananeiras) e bolsista do CNPq, que apresentou os resultados do experimento realizado para avaliar, cientificamente, os métodos de armazenamento de sementes empregados pelos agricultores familiares no semiárido. Na pesquisa, foi analisada a qualidade fisiológica de sementes crioulas de milho branco durante o período de armazenamento com diferentes pós inertes e óleos essenciais.

Os agricultores participaram de quase todas as etapas da pesquisa, com exceção das análises em laboratório. O trabalho foi desenvolvido entre setembro de 2009 e setembro de 2011, no Laboratório de Tecnologias de Sementes (LATES) da UFPB (Campus III, em Bananeiras), em parceria com a Embrapa Tabuleiros Costeiros, a AS-PTA e a Rede de Sementes da Paixão.

O experimento foi conduzido em Delineamento Inteiramente Casualizado (DIC) e composto por dez tratamentos, com três repetições:

T1 = testemunha	T6 = erva-doce 2%
T2 = citronela 1%	T6 = erva-doce 2%
T3 = citronela 2%	T8 = pimenta (em 20% de volume)
T4 = citronela 3%	T9 = cinza (em 20% de volume)
T5 = erva-doce 1%	T10 = terra de formigueiro (em 20% de volume)

As sementes foram colhidas em 2010 e armazenadas em garrafas tipo PET de 200 ml, com umidade de 14,3%. Foram feitas avaliações de germinação, vigor, umidade, grãos atacados por insetos, pH da solução antes e depois, condutividade elétrica da solução antes e depois, massa de 50 grãos e tamanho de raiz. (Figura 3).



Figura 3. Agricultores avaliando o desempenho de variedades de milho, Assentamento Santa Paula, Casserengue, Paraíba.

Para a avaliação da germinação utilizaram-se 50 sementes por parcela, que foram colocadas em papel *germitest* e incubadas em B.O.D. na temperatura de 25°C, com fotoperíodo de 12 h, por nove dias.

Os resultados encontrados mostraram que a germinação e o vigor das sementes armazenadas com óleos essenciais apresentaram baixos índices fisiológicos, enquanto as sementes armazenadas com cinza permanecem viáveis pelo período de até um ano.

Observou-se ainda que, nos tratamentos com pimenta, terra de formigueiro e cinza, a umidade, que inicialmente era de 14,3%, diminuiu.

Por fim, constatou-se que o efeito do tratamento com pós-inertes resultou em menos ataques de pragas em comparação ao tratamento com óleos essenciais.

Pesquisa participativa para avaliação e seleção de variedades tradicionais de milho junto a famílias agricultoras da Paraíba

Os ensaios tiveram o objetivo de avaliar, cientificamente, o desempenho das sementes da paixão em comparação com algumas variedades sementes melhoradas utilizadas na região semiárida. Foi uma pesquisa participativa, realizada nas propriedades dos agricultores.

O primeiro passo da pesquisa foi a realização de reuniões de planejamento e articulação, quando foram definidos os locais dos ensaios, a participação dos agricultores na pesquisa e as variedades de sementes que seriam avaliadas.

Para a condução dos experimentos, foram escolhidas 21 variedades de milho crioulo [Teti, Branco, Roxo, Cunha (Paraná), Adelaide, Grande Safra, Aracaju, Sabugo Fino, Jaboatão, Caiana (Paraná), Ligeirinho, 60 dias, Índio, Pernambuco, Amarelo, Vermelho, Palha Roxa, Nutricional, Hibra Sabugo Fino, Hibra e Pontinha], duas variedades da Embrapa distribuídas pelo Programa Nacional de Sementes (Catingueiro e Sertanejo), e um híbrido da empresa Agrocerec que é bastante utilizado na região (AG 1051).

Nas reuniões de planejamento e articulação, também foram definidos os critérios de avaliação dos experimentos, a saber: produtividade; espessura da planta; cor, peso e tamanho da semente; relação sabugo/semente; empalhamento e tamanho da espiga; resistência a pragas; resistência da planta depois de seca; diâmetro do colmo; qualidade e rendimento de massa; peso da espiga sem palha e com palha; enfileiramento dos grãos; espessura do sabugo; altura da inserção das espigas; número de espigas por planta; número de folhas por planta.

Na região do Cariri, foram realizados dois ensaios comparativos, em Juazeirinho e Soledade, nos anos 2010 e 2011. Na região da Borborema, foram realizados seis ensaios comparativos, em Casserengue, Remígio e Lagoa Seca, nos anos 2009, 2010 e 2011.

Todo o processo foi realizado valorizando-se os conhecimentos dos agricultores, integrando-os com o saber científico. Os plantios foram conduzidos em manejo agroecológico e tiveram a participação dos agricultores em todas as etapas, desde a semeadura até a avaliação dos resultados. Os ensaios foram todos realizados de acordo com o método científico e as sementes foram marcadas por códigos, de modo que os agricultores e estagiários não pudessem identificá-las no campo.

Os resultados mostraram o melhor desempenho das variedades crioulas em todos os campos de teste. O ano de 2009 foi um ano de precipitação média para os padrões da região. O ano de 2010 foi um ano de pouca chuva. Já em 2011 as chuvas ocorreram bem acima da média – um ano bastante atípico. Nos anos 2009 e 2010, ou seja, o de chuva regular e o seco, as sementes comerciais tiveram desempenho muito abaixo das variedades crioulas. No ano 2011 – o ano atípico, de muita chuva – o híbrido AG1051 apresentou um bom desempenho, ultrapassando algumas variedades crioulas e ficando pouco abaixo de outras.

Os dados mostraram a superioridade das sementes crioulas nas condições de solo, clima e manejo da agricultura familiar do semiárido paraibano, quando comparadas com as sementes melhoradas em centros de pesquisa. Foi possível constatar que as sementes comerciais produzem bem, desde que tenham água e fertilização – o que não faz parte da realidade nessa região.

A pesquisa mostrou ainda que as sementes da paixão são bem adaptadas às suas regiões de origem: as sementes da Borborema apresentaram desempenho excelente nos campos experimentais implantados na Borborema, mas desempenho médio nos campos localizados no Cariri e vice-versa.

Os agricultores concluíram que suas sementes crioulas apresentam desempenho, no mínimo, semelhante ao das sementes comerciais e que não há, portanto, justificativa técnica para que o governo não as utilize em seus programas de distribuição de sementes.

Campos de multiplicação das sementes da paixão

A experiência dos campos de multiplicação foi apresentada por jovens agricultores/as do Coletivo Regional das Organizações de Agricultores/as Familiares do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano.

As sementes da paixão fazem parte do patrimônio cultural de milhares de famílias agricultoras, mas, com o uso indiscriminado de agrotóxicos, a iminente chegada das sementes transgênicas e a política de distribuição de sementes do governo, essa riqueza se encontra cada vez mais ameaçada.

Assim, com o objetivo de conservar e multiplicar as sementes da paixão e fortalecer os estoques dos bancos de sementes familiares, comunitários e regional, vêm sendo implantadas na região experiências com campos de multiplicação de sementes.

Foram identificados mais de 300 guardiãs e guardiões de sementes, bem como variedades que eram guardadas pelos agricultores/as. Através de reuniões, a Rede de Sementes da ASA identificou as sementes que deveriam ser multiplicadas e os locais para multiplicação destes materiais em campos de multiplicação. Foram escolhidas algumas variedades da paixão de cada comunidade.

O trabalho foi realizado em mutirão, envolvendo várias comunidades, sempre com a participação de agricultores, estudantes e técnicos. Nos roçados, adotou-se o manejo agroecológico, a partir dos conhecimentos das famílias envolvidas. Foram utilizados biofertilizantes, macerado de neem (*Azadirachta indica*) e maniçoba (*Manihot* sp.). Depois foi feita a seleção massal, escolhendo-se e marcando-se as melhores plantas, espigas e sementes e eliminando-se aquelas mais fracas e possivelmente doentes.

Entre as atividades, também ocorreram oficinas de armazenamento e de confecção de silos, com vistas a promover a capacitação e a autonomia dos agricultores, que agora já sabem como implantar e conduzir campos de multiplicação de sementes e realizar a armazenagem adequada, e estão buscando diálogo com as políticas públicas e o reconhecimento pelo seu trabalho.

Resgate e multiplicação de sementes crioulas no Paraná e em Santa Catarina

O projeto desenvolvido pela AS-PTA na região do Contestado envolve 22 municípios do norte de Santa Catarina e Centro-Sul do Paraná, mas atualmente está concentrado em 11 municípios (três em Santa Catarina e oito no Paraná).

A agricultura familiar na região está muito concentrada na cultura do fumo. Há bastante cultivo de erva-mate também. Na região a presença do agronegócio é dominante e a produção de soja ocorre nas propriedades de médio e grande porte, provocando grande degradação ambiental. A cultura do *pinus* também vem se estendendo muito nesses municípios. É na agricultura familiar que se conserva a maior parte da vegetação nativa, sobretudo com a produção de erva-mate no sub-bosque.

A perda da agrobiodiversidade, promovida principalmente pela presença do agronegócio, tem sido enfrentada, dentre outras formas, pelo trabalho de

resgate de variedades locais de sementes. Até hoje, já foram resgatadas na região 452 variedades de 58 espécies de plantas cultivadas: feijão (145), milho (148), batata (21), amendoim (34), arroz (20), trigo (16), cebola (8), centeio (5), mandioca (20), adubos verdes (25) e outras (10). Para tanto, foram realizados 473 ensaios e campos de multiplicação.

Os ensaios são montados em dias de campo, que também servem para a troca de conhecimentos. Nesses momentos, os agricultores são sempre estimulados a levar as sementes que cultivam e conservam para serem também avaliadas. Os ensaios são realizados em condições de manejo agroecológico, utilizando-se recursos da propriedade.

A avaliação das variedades também é feita em dias de campo. Nestas oportunidades, uma ficha é preenchida, cujos critérios (descritores) foram definidos com a participação dos agricultores. Após as avaliações, a colheita é realizada e se discutem formas de beneficiamento e armazenamento.

Foi realizado um trabalho com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), para a comparação entre materiais crioulos com uma variedade da Embrapa e dois híbridos comerciais. Algumas sementes crioulas tiveram produtividade quase igual à das sementes de alta tecnologia, sendo que um saco de 13 kg de sementes comerciais pode custar até R\$ 400,00, enquanto a semente própria não tem custo. Nessas comparações, o milho crioulo Caiano chegou a superar a variedade da Embrapa.

Também foram realizadas avaliações para comparar o custo médio de produção da cultura de milho convencional, de alta tecnologia, com o custo de alguns sistemas de produção de milho ecológico. Observou-se que a semente crioula pode até não apresentar o mesmo rendimento em kg/ha, mas não necessita do pacote químico, portanto a rentabilidade para o agricultor é maior.

Da mesma maneira, comparou-se a produtividade e o custo de produção de batata em sistema convencional e da batata crioula em sistema ecológico. Novamente, constatou-se que a produção ecológica é um pouco menor, mas proporciona uma renda líquida muito maior para o agricultor.

Também tem sido realizado na região um trabalho com vistas à comercialização de sementes crioulas das famílias agricultoras. Além da venda para famílias

vizinhas nas comunidades e do intercâmbio entre famílias, as sementes têm sido comercializadas em feiras de sementes, através dos sindicatos e de projetos com a Conab.

Na safra 2011/2012, o projeto com a Conab, contratado no valor de R\$ 44.497,50, beneficiou 10 famílias com a venda de sementes, possibilitando a distribuição de 12.850 kg de 12 variedades de sementes de milho crioulo na região, beneficiando mais de 2.000 famílias.

Algumas dificuldades foram enfrentadas na comercialização através da Conab, como a demora na aceitação do projeto, na liberação do pagamento para as famílias produtoras e na liberação das sementes para distribuição para as famílias beneficiárias.

Apesar disso, a experiência foi bem avaliada e novos projetos para a comercialização de sementes crioulas já foram encaminhados à Conab: um pela Cooperativa de Agricultores de Famílias Ecológicas de São Mateus do Sul – COFAECO, que irá beneficiar 23 famílias de São Mateus, Rio Azul e Antônio Olinto, e outro pela Cooperativa de Agricultores Familiares de Palmeira (CAFPAL), que irá beneficiar 32 famílias de Palmeira, São João do Triunfo e Fernandes Pinheiro. Os dois projetos permitirão a comercialização de 67 t de sementes de 14 variedades de milho crioulo, o que alcançará um montante de R\$ 251.400,00.

Todas as lavouras de multiplicação de sementes estão sendo monitoradas com relação à contaminação por transgênicos através do “teste da fitinha”. Entre 2008 e 2010 a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná firmou uma parceria com as organizações da região para emitir um certificado de não contaminação das sementes. Atualmente, a própria AS-PTA realiza o teste e emite o laudo e o certificado para os agricultores.

Debate entre os participantes do seminário após a apresentação do carrossel de experiências

Após o Carrossel de Experiências, para animar o debate que se seguiria, os facilitadores de cada grupo apresentaram uma síntese das principais questões relacionadas à pesquisa participativa realizada na região:

i) A participação da comunidade tem que ser efetiva em todos os momentos: desde a formulação da pergunta de pesquisa, da definição dos parâmetros a serem investigados, até a avaliação propriamente dita e a devolução.

ii) É preciso respeitar o conhecimento dos agricultores, não chegar como se estivesse “no zero”.

iii) Deve haver rigor nos métodos da pesquisa, e a comunidade tem que ser capacitada com relação aos métodos para garantir o rigor científico.

iv) É preciso respeitar as identidades locais, a pesquisa tem que reconhecer o ambiente onde ela está inserida.

Em seguida, abriu-se o debate com os participantes da plenária. Segue abaixo o registro das falas mais representativas do debate:

“Foi bom utilizar o método participativo, pois a gente se sente mais seguro, fica fortalecido”.

“A pesquisa vai dizer que o que fazemos é científico, mas isso está em segundo lugar, em primeiro está o fato de que os/as agricultores/as se sentiram mais seguros”.

“Há o olhar investigativo que temos que ter a todo momento. O fato de estarmos fazendo um campo de multiplicação não significa que não teremos olhar investigativo. O mais importante na pesquisa é qual a pergunta a ser feita, e isso pode ser feito a qualquer momento”.

“É interessante usar a ciência convencional para validar o trabalho dos agricultores. No Rio Grande do Sul, usa-se um método científico para garantir que a semente não é transgênica. Pode-se combinar métodos”.

“Temos aqui pesquisadores da Embrapa e da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A. (EMEPA), e sabemos que fazer pesquisa sobre sementes dentro dessas instituições é uma raridade, pois elas são orientadas para fazer pesquisa convencional. E as políticas públicas, inclusive as de sementes, vão ser respaldadas pelo que é produzido nessas instituições. A quem

o governo vai recorrer para montar política de distribuição de sementes? À Embrapa. Esses grupos são ainda marginais dentro de suas instituições e, se essas instituições não trabalharem junto conosco, com os movimentos e sindicatos, continuarão dizendo que é para distribuir uma só variedade. O desafio aqui é colocar a ciência do nosso lado. Para eles deixarem de dizer que o que os agricultores fazem é coisa do passado e o futuro são as variedades melhoradas, transgênicas etc. Não vamos avançar na agroecologia e nem influenciar as políticas se não colocarmos a ciência do nosso lado. Amanhã os gestores estarão aqui e diremos: agora vocês não têm mais o argumento de que a nossa semente não presta. Temos que ter clareza do enorme significado, não só científico, mas político dessa experiência”.

“Quando começamos o trabalho na Borborema, sempre ouvíamos dos agricultores: o que vocês vão trazer para a gente? Porque foi assim que eles sempre foram tratados. E nós fomos conseguindo mudar isso. Isso é mais uma questão que poderemos afirmar amanhã: quando conseguimos construir uma pesquisa com o conhecimento dos dois lados, ganha a sociedade, ganha a agricultura familiar. Precisamos engrossar esse movimento”.

“Essa experiência deveria ser divulgada em todas as universidades, para os reitores e diretores, para toda a comunidade acadêmica”.

“Algo importante que observamos foi que, para além dos números e dados objetivos, a pesquisa nos traz uma oportunidade de enxergar outros avanços que às vezes não percebemos, como o empoderamento dos agricultores quando eles participam do processo. Como medir isso? Como medir a emoção da jovem agricultora falando do movimento da juventude, da luta para permanecer na terra, no campo? Essa pesquisa participativa traz também esses elementos, que vão além da pesquisa tradicional”.

“Com relação aos transgênicos, enquanto vamos no ritmo do ‘fusca’, o agronegócio vai no ritmo do carro de Fórmula 1. Precisamos nos fortalecer e aumentar nosso ritmo para diminuir essa distância. É um espaço de disputa, quando avançamos aqui o agronegócio domina lá... Mas os transgênicos são um ponto importante para ampliarmos a luta. O Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA) em cada estado deve ser um grande aliado para que a agricultura familiar seja fortalecida”.

“O que aconteceu hoje à tarde não expressou nem 50% da emoção e de como foi gostoso realizar essa pesquisa nesses anos. Foram muitos encontros, alguns desencontros, que trouxeram muitos aprendizados. Essa oportunidade tem um cunho diferenciado, foi uma pesquisa que veio e se enquadrou no formato de uma dinâmica social e valorizou toda a diversidade construída pelos agricultores. Os agricultores nas comunidades, as lideranças e muitos que nem estão aqui sabem tudo sobre os experimentos: qual o espaçamento, por que aquele espaçamento etc. Mensalmente agricultores, sindicatos, etc. se reúnem para discutir esse trabalho. Os pesquisadores saíram do isolamento de uma ou duas pessoas no centro de pesquisa e vieram para o campo. E os agricultores colocaram em cheque o potencial agrônomo de suas variedades e viram o resultado”.

“Precisamos colocar as universidades em cheque. Elas precisam construir editais de pesquisa adequados à realidade das dinâmicas sociais, prevendo a realização de reuniões, transporte, possibilitando a participação de todos. Precisamos ampliar esses campos experimentais e há aí um grande desafio: na Paraíba temos cinco cursos de agroecologia. Precisamos envolver esses cursos dentro dessas pesquisas, envolver a EMEPA, cobrar da Embrapa, trazer a Emater para a pesquisa, trazer essas organizações. E começar a pensar e propor um programa para avaliar o que estamos fazendo nos diversos campos: sementes, algodão agroecológico etc”.

“Outro grande desafio é desburocratizar a compra das sementes crioulas para o fortalecimento da agricultura familiar. Essa semente tem que estar a serviço dos agricultores. Durante esse projeto inteiro foram propostos dois campos de multiplicação, mas poderiam ser mais de 16... imaginem 16 campos de multiplicação abastecendo os agricultores de todo o Cariri! Os agricultores produziram muitas toneladas de sementes que não puderam ser compradas porque não conseguiram desburocratizar o recurso”.

“Não dá para fazer pesquisa em agroecologia se não se considera o patrimônio do agricultor: genético e de conhecimento. E o que vimos aqui foi o encontro desse patrimônio e o conhecimento científico-acadêmico. Essa interação produziu um conhecimento novo, e isso é que é inovador e é fazer agroecologia”.

“A palavra mágica com relação ao sucesso do programa de sementes da ASA com a Embrapa é “dinâmica”. A dinâmica que foi construída de uma pesquisa

“com” e não “para” os agricultores é que foi o ponto-chave. Existem nos institutos de pesquisa diversos pesquisadores sensíveis trabalhando a questão da Agroecologia. Mas o diferente nessa proposta é a questão coletiva, um trabalho construído dentro de uma dinâmica que já existia. Não é algo novo que foi inventado, mas o caminho que foi trilhado. Nesse aspecto, a ASA poderia ajudar muito a Embrapa. É bater à porta do chefe da Embrapa e dizer “eu quero essa e aquela pesquisa, pois somos um movimento organizado que representa aproximadamente dois milhões de agricultores familiares”.

“Vou dar um testemunho: há um agricultor na comunidade de Salgado, onde a Embrapa foi trabalhar com algodão agroecológico. Os agricultores disseram que não queriam o algodão que estava sendo oferecido, que preferiam o algodão preto, o mocó. Vimos o papel que tem a Embrapa de promover o abandono de uma variedade, alegando que ela produz pouco. Acontece que essa variedade que produz pouco é extremamente adaptada às condições de seca. Agora, com essa seca, as variedades da Embrapa que são “super produtivas” produziram “zero” e o mocozinho do seu Vagner está lá produzindo. Não sabemos quanto vai produzir, mas vai produzir, enquanto as variedades da Embrapa não vão produzir nada”.

“A Embrapa está passando por um momento importante, que é a reconstrução do Plano Diretor da Unidade (PDU). Vamos aproveitar o ensejo para pedir ao chefe da unidade para que coloque no PDU ações de pesquisa dirigidas às demandas dos agricultores e agricultoras do semiárido, e não a culturas como o algodão, o sisal, a mamona e o pinhão manso”.

“Para além dos resultados técnicos para o campo das políticas públicas, esse projeto de pesquisa tem também o potencial de fortalecer mutuamente as entidades envolvidas, tanto a Embrapa e a Rede de Pesquisa em Agroecologia, como também as organizações da agroecologia, a ASA, o Coletivo Regional etc.”.

“A gestão desse projeto foi compartilhada e envolveu também o uso e a transparência dos recursos. Sabemos que a Lei 8.666/93 [lei que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública] dificulta, que há amarras burocráticas, mas percebemos também nessa experiência o quanto a gestão compartilhada possibilitou uma flexibilização no uso dos recursos, possibilitando que o conhecimento construído e o conteúdo refletido promovessem uma renovação do processo de formação, pois os recursos possibilitaram que

as redes, a comissão de sementes do Polo, da Asa e do Coletivo se reunissem. Nesse momento de crise das organizações da sociedade civil, o projeto também possibilitou um fortalecimento das organizações”.

Dia 31 de Maio

Papel das políticas públicas e a valorização da agrobiodiversidade como política de convivência com o Semiárido

O segundo dia do seminário aconteceu no salão do “Banco Mãe de Sementes de Lagoa Seca”, em Lagoa Seca, PB, e teve como tema o “Papel das políticas públicas e a valorização da agrobiodiversidade como política de convivência com o Semiárido”.

Roselita Vitor da Costa, representante do Polo Sindical da Borborema, abriu os trabalhos do dia relatando o motivo pelo qual o local foi escolhido para sediar o debate.

“A construção do Banco Mãe foi proposta pelo Polo da Borborema, em assembleia durante os debates em torno do Programa de Desenvolvimento Territorial do Governo Lula, como um espaço para fortalecer a rede de BSCs, as trocas de sementes e as dinâmicas de todo o território em torno das políticas públicas que estavam se construindo junto com a Rede de Sementes e a ASA-PB. É um espaço dedicado ao armazenamento de sementes, com uma quadra para secá-las, uma cozinha e uma sala para os agricultores poderem trocar informações e receber pessoas de outros municípios e estados.

Mas, infelizmente, os agricultores da região vivem uma ‘peleja’ desde 2006, quando o projeto começou a ser desenhado, o que demonstra como o Estado não valoriza as demandas dos agricultores. Estamos no 3º governo estadual e a obra não foi concluída. Estamos negociando sementes da paixão com a Conab, mas estamos utilizando a estrutura do Sindicato de Alagoa Nova. É graças à solidariedade e força do movimento sindical e dos BSCs que os agricultores continuam fazendo seu trabalho, mas com indignação por esse espaço não ter sido até hoje terminado. Ele já foi inaugurado, mas não foi terminado. O movimento não recebeu a obra e não vai receber enquanto não ficar pronta, do jeito que foi projetada.

Mas somos resistentes, assim como as sementes. Essa obra vai ter que ser concluída e vamos usá-la para armazenar as sementes da paixão e fortalecer nosso trabalho”. (Figura 4).



Figura 4. Dirigente do Polo Sindical da Borborema (Roseita Vitor da Costa) na abertura do Seminário “Pesquisa e a Política de Sementes no Semiárido”.

Em seguida, a mesa foi composta por: Paulo Petersen, diretor da AS-PTA; Neidson Quintela, membro do Consea Nacional; Edson Diogo Tavares, chefe-geral da Embrapa Tabuleiros Costeiros; Silvio Porto, diretor de Política Agrícola e Informações da Conab; Nelson Anacleto, agricultor do Polo Sindical da Borborema e da ASA-PB; Marcos dal Fabbro, diretor do Departamento de Fomento à Produção e Estruturação Produtiva do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Alexandre Araújo, Secretário da Agricultura Familiar do Estado da Paraíba (Figura 5).



Figura 5. Mesa de debatedores do Seminário “Pesquisa e a Política de Sementes no Semiárido”, contando com gestores públicos, representante do CONSEA e representantes da Articulação do Semiárido (ASA Brasil).

As palestras apresentadas pelos membros da mesa estão registradas, a seguir.

Paulo Petersen, diretor da AS-PTA

“A ideia aqui é fazer uma restituição do nosso debate de ontem para encaminhar a reflexão de hoje. Esse é um momento histórico, de aproximação de várias instituições da Paraíba e nacionais para pensar as políticas públicas e o futuro da agricultura familiar. A diferença é que agora estamos refletindo nossas práticas com o apoio da pesquisa científica. As pesquisas mostraram que o que fazemos e dizemos tem fundamento, e como as políticas se baseiam nas pesquisas, é importante a pesquisa avaliar o que os agricultores fazem.

Ontem havia aqui lideranças de todas as regiões onde a ASA-PB está articulada, bem como gestores públicos e pesquisadores de várias unidades que compõem a rede de transição agroecológica da Embrapa, que participou dessa pesquisa.

Há três anos a ASA-PB vem realizando um conjunto de pesquisas com Embrapa e a UFPB no sentido de avaliar a qualidade (em vários sentidos) e as formas de armazenamento das variedades de sementes da paixão que os agricultores utilizam. Há muito tempo lutamos pelo reconhecimento da qualidade de nossas sementes, pois as políticas públicas insistem que se trata de grãos, e não de sementes.

É importante destacar que esse trabalho da ASA-PB não começou do zero: ele retoma um processo antigo na região e em várias regiões do semiárido iniciado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – alguns na década de 1970. E o trabalho das CEBs também não foi uma invenção. Elas adotaram um princípio que precisamos valorizar: entender a cultura do povo. Elas reconheceram que havia uma estratégia das famílias de reconhecer e guardar suas sementes e esse trabalho não cresceu mais por falta de apoio do Estado.

Em 1993, quando foi criada a ASA, houve uma ocupação da SUDENE e houve uma negociação em torno da política de abastecimento dos Bancos de Sementes. Só em 1995 essa política começou, e mesmo assim contemplando somente duas variedades, uma de feijão e uma de milho, em grandes quantidades. Essa distribuição deu um grande impulso nos BSCs da Paraíba, foi a primeira vez que o Estado reconheceu a estratégia dos bancos. Mas não reconheceu o patrimônio genético dos agricultores.

Sabemos que a semente está permanentemente em risco, sobretudo em função da seca. A semente sempre foi um forte instrumento de poder e de sujeição, de dependência. É por isso que escutamos os agricultores associarem as sementes à ideia de libertação e de autonomia, de paixão. Trabalhar com sementes crioulas é romper as amarras dessa dominação.

Ao longo do tempo fomos negociando com o governo do Estado a instituição de políticas sobre sementes, mas sempre nos deparamos com a visão de que as sementes crioulas são grãos, e não sementes. Conseguiu-se aprovar uma lei estadual, mas sempre com a concepção de que a semente crioula não é considerada uma semente de qualidade. Só no início do governo Lula, através do PAA, conseguiu-se um mecanismo para reconhecer as dinâmicas dos agricultores e valorizar as sementes crioulas: produzir aqui pra consumir aqui, a semente é local, adaptada às condições locais, e é por isso que ela é da paixão. E foi aqui na ASA que nasceu esse mecanismo de compra e doação

simultânea de sementes pelo PAA. É uma experiência muito rica, que mostrou que funciona, conserva o patrimônio genético, fortalece as comunidades e os bancos, que por sua vez vão também tratar de outros temas. Isso é possível e tem funcionado.

A experiência do PAA ensinou mais: não é preciso que haja doação de sementes todo ano. Se a comunidade tem seus estoques, ela mesma vai mantendo suas sementes. A função do PAA é estabilizar os estoques nos momentos de crise, mas com diversidade. As políticas tradicionais não valorizam a diversidade e enviam as sementes para as famílias, e não para os bancos comunitários, o que desmobiliza as comunidades. E o PAA nos ensinou que é possível fazer diferente.

Mais recentemente, o Programa Nacional de Sementes do MDA estabeleceu uma parceria com a Embrapa, que passou a ser produtora e fornecedora de sementes para os agricultores familiares. Nós questionamos, porque isso rompe com a lógica dos agricultores. Essa política cobrou um grande preço para a Rede de Sementes da Paraíba: distribuíam uma ou duas variedades, dizendo que eram “as boas variedades” para o semiárido e, ao fazer isso, questionava a qualidade da semente local. E essa estratégia não rompe com a relação de poder, de dependência, de moeda de troca.

Agora, com o Programa Brasil Sem Miséria, essa mesma lógica foi restituída, e numa escala muito maior. Estão distribuindo sementes diretamente para as famílias beneficiárias. Segundo o governo, “precisamos combater a pobreza e as sementes são fundamentais para tanto”. Mas temos que discutir quais sementes, pois aí estão relações de poder. Não é com um saco de sementes que se combate a pobreza, pois esse saco que é dado é um favor, e é um saco de sementes da paixão que deixa de ser plantado.

A ASA Brasil, através de uma parceria com o governo e com o MDS, já demonstrou que a sociedade civil é capaz de gerir recursos públicos. Se temos um problema de escala, vamos ajudar as organizações a ganhar escala. Mas dependendo da política que é implementada, não só não ganhamos escala, como destruímos o trabalho que vem sendo feito.

Foi diante de todo esse contexto que pensamos em trazer nossos aliados do Estado, da Embrapa e das universidades, para demonstrar, na língua da ciência,

que estamos certos. Por isso vimos há três anos fazendo ensaios, em duas regiões diferentes. Pegamos anos bons e ruins de chuva, trabalhando com 24 variedades: as distribuídas pelo Estado e algumas das que são conservadas pelos agricultores.

Em suma a experiência apresentou os seguintes resultados:

- i) Em solo bom e ano fértil, as sementes da paixão produzem tão bem quanto as distribuídas. Algumas um pouco mais, algumas um pouco menos.
- ii) Em ano seco, as sementes da paixão mostram a que vieram: são da paixão porque superam as sementes que são distribuídas.
- iii) não é só a produção de grãos que interessa para a agricultura familiar: o milho também tem que produzir palha, pois ela é usada para alimentação animal. As avaliações que foram feitas consideraram não só a produção de grãos, mas também de palha e outras variáveis que são importantes para o agricultor.
- iv) As sementes do governo são ruins? Não, são boas, inclusive são patrimônio público. Muitos agricultores plantam e gostam. Porém, não devemos usar uma semente só. Há uma diversidade muito grande de variedades, com características que se complementam: uma produz mais palha, outra resiste à seca.

O desafio então é pensar uma política que valorize isso, que garanta a diversidade de sementes, do local, para serem plantadas no local. Não adianta a gente receber semente produzida em Goiás com irrigação. Aqui não tem irrigação. As sementes são adaptadas às suas regiões. E o PAA mostrou que isso é possível. Essa ideia de encurtar o caminho entre a produção e o uso da semente é fundamental.

Também precisamos romper com a concepção distributivista. É preciso manter e fortalecer os estoques das redes e reconhecer a capacidade de gestão das organizações. Houve um grande processo de capacitação, fazemos hoje um armazenamento de alta qualidade, a baixo custo e sem agrotóxicos – isso também foi pesquisado. Não precisamos receber sementes “tratadas”.

Essa pesquisa envolveu muitas comunidades, muita gente, e podemos dizer que depois dela não admitiremos mais que nossas sementes sejam chamadas

de grãos. Não é mais possível aceitar a sua desqualificação. Muitas vezes temos dificuldade de interação com o mundo acadêmico, pois as instituições acadêmicas têm outras concepções: monocultura, alto uso de insumos etc., e são justamente essas concepções que instruem as políticas. Mas essa não é a lógica da agricultura familiar. Dentro da Embrapa e das Universidades existem grupos e pesquisadores que entendem isso e querem fazer diferente. A Embrapa tem uma rede nacional de pesquisa em transição agroecológica. Essa rede não está consolidada dentro da instituição, mas nosso trabalho e nossas redes podem reforçar esse trabalho. Essa experiência mostrou que dependemos muito da pesquisa. O conhecimento dos agricultores pode muito, mas precisa da ciência. E a ciência pode muito, mas sozinha é um perigo. Precisamos fortalecer essa perspectiva de parceria, é isso que esperamos e estamos debatendo.

Na próxima semana a ministra Tereza Campello vai assinar a renovação do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do “Programa Uma Água, Duas Terras (P1 + 2)”. A novidade é que a ASA propõe agora que esses programas incorporem os BSCs, metodologia que é utilizada em vários Estados. Trata-se de uma oportunidade de ampliar o PAA.

Não estamos falando de uma coisa experimental, precisamos aumentar a escala. Precisamos incorporar esse trabalho às políticas públicas. Há gestores que compreendem essas questões, e precisamos afinar as violas com as políticas.

Alexandre Araújo, Secretário da Agricultura Familiar do Estado da Paraíba

“O êxtase das movimentações sociopolíticas ligadas ao campesinato tratam o que evidencia a própria sobrevivência desse campesinato: as sementes. Sementes que envolvem uma série de valores, além do material: culturas, costumes, simbolizam riqueza, permanência no campo, valores agregados incalculáveis, conhecimentos. E é responsabilidade do Estado também promover a consolidação de dinâmicas que envolvem as sementes.

O Estado da Paraíba quer contribuir com o fortalecimento dessa dinâmica das sementes da paixão, por tudo isso que ela significa. Não nos falta comprovação científica quanto ao desempenho dessas sementes. Tive a oportunidade de acompanhar com Amaury (da Embrapa) várias etapas dos ensaios e vi como era bom o desempenho das sementes que vêm há décadas sendo utilizadas pelos agricultores. Não fosse o trabalho desses guardiões ao longo de décadas, se tivéssemos todos aportado no modelo da revolução verde, hoje não teríamos

essa diversidade. Essas sementes estão guardadas, são melhoradas continuamente, lá na localidade onde consegue produzir com 200 mm de chuva. O Estado tem a obrigação de fortalecer esse trabalho e o Estado da Paraíba assume esse desafio.

Ainda não conseguimos localizar esse caminho e traçar esse itinerário. Quando houve o lançamento do Programa Brasil Sem Miséria em Solânea, eu dizia: se mesmo com a criação da Secretaria Executiva da Agricultura Familiar e a nomeação de companheiros na secretaria não conseguirmos criar uma política de sementes que valorize esse trabalho dos agricultores, então podemos fechar e voltar para o lado da sociedade civil, pois será vã nossa passagem pelo governo.

Mas, esperamos que neste ano, seja via PAA ou via edital específico do governo do Estado (e falta encontrar qual a personalidade jurídica para oficializar esses convênios), possamos assegurar o fortalecimento das redes de proteção às sementes, e o governo da Paraíba acredita que este ano vai conseguir formalizar isso”.

Edson Diogo Tavares, chefe-geral da Embrapa Tabuleiros Costeiros

“Ontem tivemos oportunidade de participar da discussão e apresentação de resultados de pesquisas realizadas em parceria, onde a Embrapa é mais um parceiro. Esse talvez seja um primeiro passo: ontem já levantamos alguns temas que precisam ser aprofundados e como essa parceria precisa ser intensificada. Do ponto de vista da Embrapa isso pode ser feito, mas precisamos que as organizações sociais estejam de fato mobilizadas e demonstrem a sua decisão e a sua intenção de que a Embrapa realmente participe de forma mais efetiva das demandas das comunidades (esse evento já é uma prova disso).

A questão mais importante da discussão hoje talvez seja a aplicação das políticas públicas no sentido mais amplo. No caso das sementes, essas políticas são formuladas, num primeiro momento, para atender à sociedade, mas quando saem no papel muitas vezes esse atendimento se desvirtua e perde seu caminho e seu foco, e a política se realiza sem servir aos propósitos aos quais foi formulada.

Acredito que isso seja o foco da discussão: as políticas têm que ser formuladas no interesse e no objetivo da sociedade. Não tem sentido política de sementes que não valorize as sementes que o agricultor tem, cultiva e pela qual se apaixonou há décadas. As pesquisas apresentadas ontem apenas revelam a

realidade que todos vocês já conhecem: as sementes daqui têm valor, valor cultural, como alimento, como alimento para o gado, e até mesmo religioso.

A política é que precisa mudar e se adaptar à realidade para atender a sociedade. Nesse sentido a Política Nacional de Sementes e o Programa Brasil Sem Miséria precisam abrir espaço para a valorização do trabalho que já existe. Isso não é fácil nem simples, depende das organizações serem mobilizadas.

Com relação à Embrapa, essa mensagem sobre a necessidade da mudança das políticas vai ser levada à diretoria (embora as políticas sejam do governo como um todo, envolvendo vários ministérios). E quanto à Embrapa Tabuleiros Costeiros, o trabalho vai continuar e os pesquisadores vão se esforçar na valorização e no reconhecimento da semente da paixão”.

Silvio Porto, diretor de Política Agrícola e Informações da Conab

“Há uma questão fundamental: o velho debate entre o saber tradicional, por muitos encarado como algo atrasado, e o saber científico, tido como moderno. Essa dicotomia é perversa porque despotencializa o acúmulo do saber tradicional. O resultado dessa pesquisa tem um valor muito significativo para nós que tentamos criar referências diferentes das tradicionais nas políticas públicas, talvez muito maior do que vocês estão conseguindo dimensionar nesse momento.

O início do governo Lula foi um momento fértil para a questão da segurança alimentar no Brasil, o que possibilitou, no contexto de uma política que incluía o plano safra da agricultura familiar, a assistência técnica, o Pronaf e o seguro, e também uma política de comercialização. Naquele contexto, o PAA foi criado em cinco meses, por lei, regulamento e decreto. Tenho dúvidas sobre se o PAA teria sido realmente criado não fosse aquele momento e aquele contexto. O trabalho aqui é feito na busca pela autonomia cidadã, entendida como elemento chave na discussão. Quem acredita em um Estado pleno entende que este tem que assegurar as necessidades da população, ao contrário da direita ou da “nova direita”, que acredita que o Estado tem que ser mínimo e o mercado deve regular as necessidades. Nesse contexto, os recursos – terra, sementes, água – são elemento de poder. E vocês entenderam isso muito bem e, a partir daí, conseguiram criar uma rede de toda a região, a ASA, que hoje é uma das principais articulações sociais do país.

Ontem se falou nas sementes como “patrimônio da humanidade”, o que traz a perspectiva do coletivo, de que a biodiversidade não pode ser apropriada pelo mercado. O Brasil é signatário de um tratado da FAO que reconhece o livre acesso aos recursos da biodiversidade.

Hoje temos algumas questões e desafios. Os processos populares representados aqui por vocês, dos bancos e casas de sementes, são diferentes da lógica com a qual se trabalha no sul do país. Lá se faz produção e distribuição em larga escala, não se cria um trabalho de autonomia e nem processos organizativos locais. Precisamos aprender essas lições.

A Neide, da Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (COOPABACS) disse ontem que “o governo tem a sua estratégia e nós temos as nossas, e o desafio é dar visibilidade às nossas.” É fundamental entender esse diálogo. Acredito que essa pesquisa traz essa contribuição de dar visibilidade, legitimidade, e vai provocar uma discussão sobre métodos e perspectivas de incorporação dessas estratégias na pesquisa e, eventualmente, pautar outras agendas, inclusive na construção da Política Nacional de Agroecologia.

Tenho uma crença de que se nós conseguirmos apostar por dentro da ASA nos instrumentos que estão sendo trabalhados, junto com Casas e BSCs, o PAA, o P1 + 2, (falou-se aqui sobre aproveitar o P1 + 2 para fazer fomento aos BSCs), poderemos ter uma grande rede de fomento para substituir a lógica de produção em larga escala e distribuição individualizada. Podemos ter aí um processo que sirva de referência no contexto da ASA, mas também para as políticas estaduais.

Devemos também aproveitar o resultado da pesquisa para colocar com mais força a questão das sementes. A lei das sementes teve um avanço, mas também uma “pegadinha”: o regulamento foi mais restritivo que a lei e limitou a comercialização das sementes crioulas aos agricultores familiares “entre si”. Estamos tentando resolver isso agora no decreto que criará a Política de Agroecologia, buscando dar o entendimento de que “entre si” significa entre os grupos de agricultores, no âmbito nacional, para romper a criminalização que foi colocada na lei e na sua regulamentação.

Por fim, mais uma vez saio daqui convencido que o que vocês produzem é um legado muito importante. Fazer com que as sementes sejam o elo de articulação entre vocês, junto com a questão da segurança hídrica, tem sido um elemento fundamental para dar unidade a uma estratégia de ação e para dar capacidade para pautar o governo para a reflexão e construção de ações e políticas públicas que realmente sejam capazes de responder a essa realidade”.

Marcos dal Fabbro, diretor do Departamento de Fomento a Produção e Estruturação Produtiva do MDS

“Não é de hoje que o que vocês fazem ecoa para muitos lugares do Brasil, e há aqui colegas que têm contribuído para que as políticas públicas sejam acopladas ao trabalho que vocês têm feito.

Estou de acordo com 99% das coisas que o Paulo Petersen colocou, 1% fica de ajuste.

Silvio resgatou a história de como o Programa Fome Zero apareceu e se constituiu em 2003, e vocês sabem que o governo é uma expressão da sociedade, composto por diversas tendências, embora tenha orientação política clara, expressa pelo Lula em 2003 e depois pela Dilma. Essas forças se compõem para construir políticas. Trazer as políticas para determinado campo, como por exemplo, o da produção de sementes crioulas e do apoio a esses circuitos locais de produção e consumo, é uma coisa que a segurança alimentar tem feito de forma muito intensa. O que está sendo discutido aqui tem sido o âmago desta política desde 2003: como se fortalecem circuitos locais, hábitos alimentares, saberes locais... essa é uma busca permanente.

Eu coordeno um departamento dentro do MDS e há uma área que dialoga com o P1MC. Se tivermos capacidade de estruturar iniciativas como essas que estão aqui, na dimensão razoável que uma política forte tem que buscar, é isso que temos que tentar. Por exemplo, fortalecemos o programa de levar água para as populações do semiárido, mas porque essa ação tinha lastro, tinha parcerias e tinha resultados. Se conseguirmos estruturar ações como essa, para fazer circular as sementes produzidas nas comunidades pelo território, temos que ter a capacidade de responder à demanda, e o PAA tem um papel muito importante, porque fomenta as iniciativas a partir da compra. O PAA está com orçamento muito ampliado este ano – R\$ 1,3 bilhões – e, segundo o novo decreto, até 5% deste volume pode ser canalizado para ações como essas de sementes. Há uma determinação muito forte no PAA de avançar nessas políticas. A perspectiva do

MDS é, até agosto, ter um edital para credenciar as organizações para executar esse recurso. Ou seja, a Política está sinalizando nessa perspectiva colocada aqui.

Temos conversado dentro da Embrapa com o Dr. Waldyr Stumpf (diretor-executivo de Transferência de Tecnologia), e temos identificado que há espaço para essa discussão que está sendo feita aqui. O Brasil Sem Miséria compra sementes da Embrapa para distribuir, mas poderíamos estar acoplando, valorizando essas estratégias daqui. Vejo bastante espaço para fazer essa discussão.

Discordo do Paulo quando ele coloca que o Brasil Sem Miséria trabalha de forma assistencialista, abafando iniciativas. As sementes são entregues dentro de um programa chamado “Fomento às Atividades Produtivas Rurais”, cuja lógica é justamente a promoção da autonomia das famílias, que prevê Ater (não estamos dizendo que a Ater não sofra críticas, mas estamos buscando melhorar, estamos num processo de construção e de amadurecimento). A Ater provida pelo MDA, em diálogo com as famílias, constitui um projeto, e o recurso vai diretamente para a mão daquela família, para que ela tenha autonomia para desenvolver o seu projeto, não é um pacote. Claro que quando se faz um número grande de atendimentos, pode haver a tendência de o técnico de Ater seguir uma lógica de pacote, mas a lógica do programa é de autonomia. E a semente entra como componente para a independência da agricultura familiar. Se tivéssemos sementes crioulas em quantidade, não teríamos nada contra distribuí-las, até porque uma coisa não abafa a outra, pode inclusive ser complementar. Nas orientações da ministra e da Secretaria de Estado não há nenhuma sinalização no sentido de abafar ou inibir esse trabalho, pelo contrário, elas vão no sentido de reconhecer a cultura e aproximar o povo de seus direitos.

É verdade que a política guarda armadilhas: quando tem recursos e a meta é muito grande, há problemas de escala. É preciso estar sempre atento para que o rumo não se modifique e a política siga atendendo as demandas. Mas as respostas têm que ser rápidas, portanto temos que ser pragmáticos nessa construção.

Aqui na Paraíba, além da parceria com o P1MC e o P1 + 2, estamos apoiando cerca de 130 Casas de Sementes, 42 viveiros de mudas, somando R\$ 600 mil nas duas ações. Isso é fruto de debate com Neidson (da ASA e do CONSEA). Estamos firmando convênio com o governo da Paraíba de R\$ 32 milhões para o P1 + 2. É mais um instrumento que vocês aqui podem construir em parceria com

o governo do Estado. É um sinal claro de que o MDS e o Brasil Sem Miséria têm buscado fortalecer esse processo.

Quando vocês lançaram o manifesto por conta das sementes, a ministra Tereza leu, chamou a gente, ou seja, as pessoas se preocupam, entendem a lógica, fazem o debate. Não há nenhuma intenção nessa construção em desestimular ou abafar qualquer iniciativa vigorosa, humana, de autonomia, como essa colocada por vocês. Ao contrário, nossa intenção é fortalecer essas iniciativas. Mas alerta: a política é rápida, as metas são para ontem, então temos que ser rápidos também nessa construção”.

Neidson Quintela, membro do Consea Nacional

“Depois desse debate e de vermos que temos condições de fazer política com P maiúsculo, saímos daqui “mais gente” e com mais coragem de lutar para mudar a realidade de injustiça em que vivemos. Ontem comentamos que “quando vemos e ouvimos, partilhamos com as pessoas da ASA-PB, sejam técnicos, agricultores ou outros, sentimos afeto, querer bem”. Querer bem aos agricultores, à cultura das pessoas, às suas sementes, aos seus animais, ao seu jeito de ser. E por isso criamos a paixão e o amor à luta. A gente não luta pelo que não quer bem. E é uma marca de vocês a paixão por tudo que vocês fazem. E essa marca precisa continuar, pois é assim também que devemos construir políticas: com paixão, acreditando no que queremos e buscando o que queremos, com afeto, com paixão e com segurança.

Há alguns elementos que gostaríamos, em nome do CONSEA, de pontuar nesse evento. Um elemento que já foi citado aqui é a relação entre “semente” e “grão”. Esse elemento está muito presente em todos os debates do CONSEA. Vocês não estão sozinhos nessa luta, vocês contam com o Consea Nacional! A luta de vocês alimenta as perspectivas do CONSEA na construção de leis e políticas para a segurança e soberania alimentar no Brasil.

Sem as sementes, não temos convivência com o semiárido. A ASA não trata só de água – a água é um elemento charme, que nos congrega, mas ao redor da questão da água existem vários outros elementos. Na perspectiva da convivência com o semiárido precisamos ter a cultura do estoque: da água de beber, água de produzir, sementes para alimentação das pessoas e dos animais... Um conjunto de elementos que, na perspectiva do estoque, nos garante a convivência com o semiárido. Sem as sementes com variedades diversas nós

não temos convivência com o semiárido e nem temos segurança alimentar. Isso é um elemento forte e importante que queremos destacar.

Outro elemento a ser destacado é o nome do seminário: “pesquisa e política de sementes no semiárido”. A academia e a pesquisa não gostam de olhar para o agricultor e a agricultora, e os agricultores/as e os técnicos/as que os assessoram não gostam de olhar para a academia e seus métodos. E isso tem que acabar. Não precisamos pesquisar só as sementes, mas vários outros elementos. Estamos dizendo coisas que têm sustentação científica, então precisamos dessa pesquisa. Tivemos dois dias onde agricultores expuseram resultados dessas pesquisas. Vejam: não foram os pesquisadores que apresentaram os resultados, mas os agricultores. Estamos construindo uma perspectiva totalmente diferente, de fundamentação das pesquisas.

Outro recado do CONSEA: nós estamos num Brasil em disputa. O governo não tem uma linha só, tem 50. No MDS tem gente que gosta e quer trabalhar com a ASA e gente que não. No Brasil Sem Miséria também: há os que apostam na ASA e os que querem a cisterna de plástico. Os transgênicos são outro exemplo: o CONSEA como um todo não os aprova, mas não tem força para barrar. Vai tentando roer a corda até chegar o dia em que tenhamos essas sementes fora – não podemos perder essa perspectiva. O mesmo sobre os agrotóxicos: no debate sobre a Política de Agroecologia a posição do CONSEA contra os venenos e pelo fim do financiamento e crédito com uso de agrotóxicos foi clara, isso está na Exposição de Motivos que o CONSEA mandou para a Dilma, mas é uma disputa, não sabemos se a Dilma vai acatar. Em dezembro do ano passado o MDS disse que não ia mais fazer convênio com a ASA. Nós não aceitamos, fomo para a rua, fechamos ponte, e agora estamos celebrando a assinatura dos novos termos de parceria. Ou seja, não podemos esquecer que o espaço das políticas é o espaço da disputa. E se não andarmos pela disputa, não chegamos a lugar nenhum na perspectiva da construção de políticas públicas.

O desafio aqui é sistematizar melhor o trabalho das sementes, e com isso apresentar uma proposta concreta de governo. Hoje nós temos outro patamar nessa perspectiva: a experiência da ASA mostra que a sociedade civil é capaz de trabalhar em escala e é capaz de gerenciar bem recursos públicos, assim como de fazer com que eles cheguem bem na ponta, ao agricultor. Não estamos falando em hipóteses, mas com comprovações: do TCU, das academias que vêm estudando a experiência.

O CONSEA é um instrumento de elaboração e controle social de políticas, e aventurei-me a dizer que a ASA-PB está ausente do CONSEA PB, e isso é ruim. Deixo aqui o desafio de a ASA-PB conseguir organizar essa participação. Sentimos a ausência de questões básicas que estariam presentes se a ASA estivesse presente.

Último ponto: o Marcos Dal Fabbro anunciou aqui R\$ 32 milhões. Não deixem esse dinheiro fugir! Esse dinheiro tem que trabalhar na perspectiva do P1 + 2, das sementes. Mesmo no PT e nos governos locais tem gente que acha que o recurso tem que ser gerido e executado pelas empresas – não é isso que queremos e temos que disputar”.

Debate com a plenária

Após as apresentações dos membros da mesa, abriu-se a palavra aos participantes do evento. Segue abaixo a síntese das falas mais representativas do debate.

“Em julho tivemos reunião com o MDS e algumas outras entidades para ajudar na elaboração da chamada pública que o MDS ia lançar. E já tínhamos um projeto que estava sendo montado com a CONAB. Na elaboração, colocamos a questão do risco de contaminação por transgênicos. E uma coisa que sempre perguntamos é a questão do cadastramento das sementes no MDA. Em 2008 ajudamos a elaborar os descritores do Cadastro, mas é um sistema que trava na metade do processo de cadastramento. Mas a pergunta é: por que a chamada pública exige que a semente esteja cadastrada junto ao MDA? Dentro do nosso monitoramento, a questão dos transgênicos seria muito mais importante do que o cadastramento. As sementes crioulas são acompanhadas desde o plantio até a colheita, classificamos para a qualidade das sementes. O cadastro é também uma preocupação para os agricultores. Por exemplo, mais de 100 famílias plantam o milho caiano. E na hora do cadastro, vamos cadastrá-lo em nome de quem? O que pode ser feito nessa questão?”

“Herdei minha paixão pelas sementes de meu pai, que herdou de meu avô. É muito triste ver que às vezes as políticas vêm nessa pressa que o Marcos Dal Fabbro falou, porque essa pressa mata a organização dos agricultores, do povo. A bíblia diz que há tempo para tudo, para plantar, para colher... E nas políticas esse tempo às vezes não é devidamente respeitado. As coisas vêm de cima para baixo e se atropelam. Estamos lutando pela construção de um edital para

2013, mas os editais precisam respeitar a cultura, o que os agricultores querem. Podemos assim até demorar um pouquinho, mas o ganho futuramente será maior. Às vezes pecamos com a pressa e, na contramão, estamos perdendo a riqueza dos agricultores.”

“A EMATER da Paraíba está vivendo um novo momento. Gostaríamos que houvesse um diálogo maior entre a extensão rural e a ASA também, para juntos construirmos essa política do agricultor familiar. A Política de Ater tem seus erros e sofre muitas críticas, mas estamos vivendo um novo momento, e precisamos fazer esse diálogo nesse novo momento.”

“Diante de toda a experiência desses dias, das colocações que foram feitas, queria saber como essas políticas de sementes estão dialogando também com a política de acesso à terra. Por exemplo, o P1 + 2 assegura a segunda água para quem já tem a terra. Mas no Ceará vivemos situações, como nesse ano de estiagem, em que agricultores fazem seu plantio na terra dos outros com esperança de produzir, mas com a estiagem são convidados a desocupar a terra para o patrão colocar o gado. E os agricultores ficam com as mãos abanando, não adianta ter uma semente de qualidade se não tem uma terra boa pra plantar”.

“É bom ouvir os gestores concordando com o que está sendo construído e com a importância da preservação da biodiversidade e da semente da paixão. Mas precisamos avançar na questão metodológica, em como pensar e executar as políticas, pois aí é que está a diferença. Precisamos também sair daqui com o compromisso de pensar as demandas e temas para as pesquisas. Muitas vezes nos deparamos com situações em que se abre um edital e tanto técnicos da Embrapa como professores elaboram projeto de pesquisa e só depois chamam as organizações para executar as pesquisa conjuntamente. Essa pesquisa apresentada ontem deu exemplo de como avançar na participação, que começa com a concepção participativa desde o início. E o compromisso é dar continuidade a esse debate.”

“Com relação à intencionalidade, sobre onde queremos chegar, vemos que estamos aqui no mesmo pacto: a ideia é fortalecer, construir autonomia. Estamos todos de acordo. A diferença é com relação aos caminhos e métodos para construir isso. Se por um lado acreditamos na intencionalidade do Brasil Sem Miséria, por outro vemos as dificuldades de encontrar as respostas na ponta. O seminário debateu isso, as coisas estão se repetindo: distribuição de

poucas variedades, lógica individual. Temos que reconhecer que há problemas. E este seminário está buscando respostas: nosso trabalho de respeitar a autonomia e a dinâmica das organizações está trazendo respostas concretas, e a história mostrou que quando a política pública vai ao encontro das dinâmicas dos agricultores há, de fato, ganhos de escala. É o caso do P1MC e do P1 + 2: quando a política pública vai ao encontro das estratégias das organizações populares, há avanços concretos e muito ganho de escala. Precisamos de respostas, precisamos olhar com mais carinho para as respostas que estão aqui e transformar isso de fato em políticas consistentes.”

“Sobre a forma com o Estado encara a política: é um desafio grande porque os governos precisam cumprir metas de curto prazo para se reeleger em quatro anos, e isso acaba sendo um condicionante a ditar as metas das políticas, sem levar em conta as dinâmicas sociais.”

“Vimos que o Estado, no momento anterior, fez muitas cisternas por aí, e aquelas feitas sem parceria com a sociedade, sem a preocupação de mobilizar e formar a sociedade para construir seu próprio caminho, logo começaram a dar problema. Sabemos que o enfrentamento da miséria só avança quando as famílias se entendem motivadas a buscar suas saídas. E se as políticas não estimulam essa capacidade das pessoas, não se avança.”

“Nesse novo termo de parceria o P1 + 2 incorpora o tema das sementes. Não é o componente principal, mas abriu-se um canal para que se estimule, em cada um dos territórios onde o programa atua, que as sementes possam ser um insumo para induzir a formação de espaços comunitários de gestão de sementes. Precisamos então pensar concretamente sobre como, a partir dessas iniciativas, poderemos irradiar a estratégia dos BSCs para um território muito mais amplo. Lanço essa ideia para ser trabalhada, como um caminho para a construção de um programa de sementes para o semiárido, numa conjuntura tão favorável como essa.”

“Neste seminário vimos um trabalho de pesquisa feito pelos agricultores, e o exército que está aqui acredita na semente da paixão. Então não podemos mais aceitar que chamem nossas sementes de grãos. São sementes sim, sementes da soberania alimentar. A pesquisa foi feita e reafirmou isso. E como fazer essa pesquisa ser reconhecida por mais organizações? Qual será o papel da EMEPA agora com a pesquisa na Paraíba? E o papel da Embrapa?”

“Ficamos felizes de saber que a ministra Tereza Campelo leu nosso panfleto sobre as sementes. É importante que ela saiba que aqui tem um povo que acredita. Que aqui tem uma semente que é fruto de gerações. Seria bom ela vir aqui ver e conhecer de perto o nosso trabalho. E é preciso dizer também que os processos são importantes, estamos sempre em processo e eles são importantes! Nossa prática é de não desistir, estamos em diálogo com o Estado, mas esse diálogo é sempre sofrido, porque é muito burocrático. Mas esse diálogo aqui vai dar muitos frutos, porque nós não vamos desistir. Nós estamos sendo quase criminalizados por isso, porque cobram escala e dizem que não temos escala. Mas temos várias sementes de feijão, milho e tantas outras, e qual o papel do Estado agora? Temos um papel que não vamos negar, mas tem o papel do Estado! Qual o papel do Estado na multiplicação das sementes que temos aqui?”.

Após as manifestações das pessoas da plenária, a palavra voltou para os membros da mesa, que fizeram então o encerramento do debate. Segue abaixo a síntese de suas falas.

Edson Diogo Tavares, chefe-geral da Embrapa Tabuleiros Costeiros

Reafirmamos a disposição e o compromisso de continuar o trabalho iniciado pelo Amaury, no sentido de a pesquisa atender às demandas colocadas pelos agricultores e suas organizações. Falo em nome da Embrapa Tabuleiros Costeiros, mas sabemos que na maioria das Embrapa's há pequenos grupos de pesquisadores trabalhando na perspectiva da agroecologia e da agricultura familiar. Somos poucos, mas estamos também fazendo nossa resistência.

A Embrapa precisa se abrir para essa perspectiva, olhar sua programação de pesquisa para que ela seja construída na perspectiva da agricultura familiar. Mas também é necessário que os movimentos e as organizações digam isso claramente em outros níveis, porque somos uma instituição pública, com centralidade de administração em Brasília. Estou respondendo temporariamente por uma unidade, mas somos 47 Unidades e essa mensagem precisa chegar à presidência da Embrapa – não só pelo caminho burocrático, por dentro da instituição, mas também por fora, com vocês sabem muito bem fazer.

Com relação à autonomia dos agricultores, eu, como pesquisador e gestor, acredito que o papel da pesquisa é temporário na busca de algumas soluções: o dia-a-dia é feito na comunidade, pelos agricultores e suas organizações. Isso

é que dá continuidade ao movimento de vocês, a organização em torno das sementes da paixão e também de outros bens essenciais para a vida, como a terra e a água.

Do nosso ponto de vista, nessa perspectiva esse evento é um sucesso: ele aponta para o futuro, para como as instituições vão reagir a esse evento, mas também como vocês vão continuar reagindo a toda essa realidade que foi apresentada.

Silvio Porto, diretor de Política Agrícola e Informações da Conab

Com relação à exigência de inscrição, no edital do MDS para a compra de sementes crioulas, de que as sementes estejam cadastradas no sistema do MDA: nós da CONAB estamos de acordo sobre a não necessidade do cadastro. Isso não é uma posição fechada no governo e a negociação está avançando com o MDS. Não só não existe consenso sobre esse cadastro, nem dentro nem fora do governo (entre os agricultores), como também a Lei de Sementes (10.711/03) isenta as sementes crioulas registro. Não precisamos nós, então, criarmos um novo registro. O seu Antônio sozinho tem 240 variedades de sementes – imagina ele registrar isso tudo! É um contrassenso, que provavelmente levaria a um engodo: registrar duas, cinco variedades e sempre declará-las, independente do que é realmente usado. Isso vai contra o que queremos, que é valorizar a biodiversidade. Propomos que sejam feitas análises para provar que realmente se trata de semente de qualidade. Ontem vocês nos deram toda uma aula sobre formas de processar, armazenar, etc.

Estamos também avançando com relação ao edital, que deverá ser de credenciamento apenas, e não para contratação da compra. Além disso, para contratos de até R\$ 300 mil não haverá necessidade do credenciamento.

Precisamos ainda, daqui para o ano que vem, criar força e uma condição real para não só mudar o decreto que restringe a comercialização de sementes crioulas entre os agricultores familiares, mas para retirar essa restrição da lei de sementes.

Com relação aos processos: de fato o governo é moroso, não está apropriado para atender as necessidades da população, e o gestor que não se arrisca, que não é criativo para driblar certas restrições, vai fazer mais do mesmo. Recentemente houve uma ocupação na CONAB: isso é ótimo, primeiro porque coloca o governo em evidência, depois, porque mostra que a instituição serve

para alguma coisa. Até 2003 a CONAB só se relacionava com o agronegócio. E se não fosse o PAA, a CONAB não seria o que é, não teria a evidência que tem hoje (lembrando ainda que foi tirada do prelo da privatização pelo Lula e pelo José Graziano). E nós só avançamos porque o CONSEA foi um espaço que nós valorizamos e onde fomos valorizados. Isso é estratégico para nós. Reforço ainda o que o Neidson disse: o CONSEA estadual é o meio de interlocução para a construção de políticas e do PPA no Estado, e lá estarão também os movimentos sociais. Usem bem esse espaço, pois é através dele que vamos avançar”.

Marcos dal Fabbro, diretor do Departamento de Fomento a Produção e Estruturação Produtiva do MDS

“Primeira coisa: não vou aqui “puxar o saco” da ministra, estou no ministério para trabalhar e não para fazer isso, mas respeito a ministra por conta do seu profissionalismo e liderança. O Silvío Porto sabe: quando da elaboração do Plano da Agrobiodiversidade e do Programa de Garantia de Preços Mínimos para proteção da biodiversidade (PGPMBio), a ministra Tereza Campello foi uma apoiadora. Teve método para atuar com a lógica da Casa Civil, de pressa e pragmatismo, mas foi grande apoiadora, teve papel fundamental nesse tema. Assim como em outros. Não pensem que a ministra não conhece o que vocês estão discutindo aqui.

Outra coisa: temos que ter cuidado quando falamos que se estabelecem metas de curto prazo para se eleger em quatro anos. Esse governo tem história e compromisso com a sociedade. Essa fala passa a ideia de que é um governo eleitoreiro. Mas esse governo tem compromissos históricos com a sociedade para a erradicação da miséria, tem compromisso com sua nação.

Com relação à pressa, lembro-me do *slogan* do Programa Fome Zero: “quem tem fome tem pressa”. Tem pressa sim. Temos que aplaudir, reconhecer e espalhar lógicas como essa apresentada aqui, mas tem que ter pressa sim. Se for construído um programa de sementes inovador, assim como o PAA e o P1MC, haverá necessidade de sementes para que as famílias plantem e comprem. A semente que distribuímos não é qualquer semente, é uma semente chancelada por uma empresa do governo. Precisamos aprimorar o programa de sementes, sim, mas esse debate de que tem que esperar fortalecer todas as instâncias para depois levar às famílias, infelizmente isso não tem aderência no governo pela necessidade das famílias que estão na miséria, passando fome, e que vivem com R\$ 70 por família.

Também reforço o coro de fortalecer o espaço do CONSEA nos Estados. Ademais, estamos à disposição dentro da Secretaria. No ministério temos orçamento para estruturar Casas de Sementes, para comprar sementes ou grãos. Isso não é gratuito, é fruto de um processo e de uma construção, nessa perspectiva da autonomia”.

Nelson Anacleto, agricultor do Pólo Sindical da Borborema e da ASA-PB

“Para finalizar, embora quase tudo já tenha sido dito, gostaria de destacar algumas questões. Todo esse processo que foi construído tem requerido muita resistência, muita rebeldia por parte dos agricultores/as, especialmente na Borborema, que sempre esteve na contramão das políticas oficiais. Nós sabemos como funcionou a revolução no verde no campo, tudo o que foi implantando ideologicamente para castrar a capacidade de saber dos agricultores e seus processos. Temos então uma grande disputa, sabemos disso. E a maior disputa é em relação ao modelo de desenvolvimento no campo. Temos um modelo hegemônico, baseado no agronegócio. E a grande disputa é a disputa do conhecimento com a sabedoria, porque esse conhecimento precisa estar conectado com a realidade. E aqui essa experiência juntou conhecimento com sabedoria, para quebrar alguns mitos que precisam ser quebrados.

Um desses mitos é que não se produz em grande escala se não usar veneno. Isso é um grande mito! Outro mito é que quem sabe é o técnico. Tivemos grandes embates no Estado da Paraíba, precisamos fazer resistência e mobilizações para conseguirmos sementes, e os técnicos diziam que nossas sementes não eram sementes, eram grãos. E agora a pesquisa mostrou que a semente da paixão do agricultor é tão semente quanto a que vem de fora. Mas não se trata só aceitar na teoria, pois as práticas muita vezes ainda continuam. Quando vêm as sementes, são só duas-três variedades.

Sobre o processo: estamos em governo de disputa, e as empresas trabalham muito com metas. E quando falamos nos processos, temos outra meta metodológica, em que a sociedade é participante ativa, também fiscaliza. A obra sai com muito mais qualidade”.

Maria da Glória Araújo, coordenadora da ASA-PB

“Em nome da ASA-PB, gostaria de dizer que esse momento expressou a quebra de paradigmas, a quebra da falsa visão de que os agricultores têm grãos. A parceria com a Embrapa demonstrou que na verdade temos sementes. Isso para nós é um marco, uma referência histórica.

Queremos também dizer para a Embrapa que a ASA-PB quer continuar essa parceria na produção de pesquisas, não só para sementes, mas para a promoção da agrobiodiversidade e da agroecologia. E dizer para os outros órgãos de pesquisa e extensão que também queremos dialogar. A ASA iniciou diálogo com Emater, o presidente da Emater discutiu com a ASA sobre política de Ater, e queremos continuar com esse diálogo.

Gostaríamos que cada gestor público presente pudesse levar elementos tirados aqui no sentido de fortalecer a agrobiodiversidade, a política de agroecologia, a política de sementes. Poderíamos também apresentar os resultados dessa pesquisa no Consea Nacional.

E, por último, dizer que vamos pautar na ASA Brasil os frutos desse encontro: não apenas o diálogo com pesquisa, mas também o diálogo com outras organizações e órgãos governamentais”.

Considerações

A mesa foi desfeita, mas o compromisso de cada um dos presentes com as sementes crioulas foi fortalecido. O diálogo entre as instituições governamentais de ensino, pesquisa e extensão com agricultores familiares e suas representações foi intenso e comprovaram que este é caminho para a elaboração e fortalecimento de políticas públicas alinhadas com a realidade da agricultura familiar, tendo a agroecologia como um de seus princípios.

Referências

ALMEIDA, P.; SCHMITT, C. J. Agrobiodiversidade para segurança alimentar: fortalecendo o direito dos agricultores e agricultoras. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, p. 28 - 35, nov. 2009.

ALMEIDA, P.; CORDEIRO, A. **Semente da paixão**: estratégias comunitárias de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 72 p. v. 1.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. **Tempo da Ciência**, v. 15, p. 57-72, 2008.

ALMEIDA, P.; TARDIN, J. M.; PETERSEN, P. Conservando a biodiversidade em ecossistemas cultivados. In: BENSUSAN, N. (Org.). **Seria melhor mandar ladrilhar?** 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. 439 p. v. 1.



Tabuleiros Costeiros

Ministério da
**Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**

